

ETERNIT S.A.

**Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Índice

Relatório da administração	1
Demonstrações financeiras, individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais	24
Demonstrações do resultado	25
Demonstrações do resultado abrangente	26
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	27
Demonstrações dos valores adicionados	28
Demonstrações dos fluxos de caixa	29
Notas explicativas às demonstrações financeiras	31
Relatório anual do comitê de auditoria não estatutário 2024	93
Conselho de administração, diretoria e contador	105
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	106
Parecer do conselho fiscal	111
Parecer do comitê de auditoria	112

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Relações com Investidores

Ticker: ETER3 (B3: NM)

Cotação (30/12/24): R\$ 5,08

Total de ações: 61.776.575

Valor de Mercado: R\$ 314 milhões

Free Float: 99,7%

Carisa S. Portela Cristal
CFO e DRI

Saulo Martini
Gerente de RI

Gabriella Medeiros
Especialista de RI
ri@eternit.com.br

Mensagem do Presidente



Imagem 1: Paulo Andrade,
Diretor-presidente

A Eternit vem há mais de oito décadas construindo história com os brasileiros e transformando sonhos em realidade. Acreditamos que a força da nossa marca está na inovação e na confiança.

A nossa missão é de desenvolver produtos e soluções com excelência no ramo da construção civil. Estamos entre os **líderes no setor de coberturas**, com 30% de *market share*, segundo estimativas realizadas pela Companhia com dados da Anamaco.

Trabalhamos no aprimoramento e fortalecimento do nosso pilar de temas ambientais, sociais e de governança, com foco no desenvolvimento e na segurança de nossos mais de 1.800 colaboradores. O lançamento do projeto Metas 2030 nos permitirá acompanhar a evolução dos índices ESG considerados relevantes para a Companhia.

Passamos por um reposicionamento de marca, ampliamos o nosso portfólio, efetuamos lançamentos de novas campanhas de marketing e consolidamos a nossa estratégia de ampliação e pulverização.

O ano de 2024, foi marcado por um evento divisor de águas para a companhia: a **saída oficial da Recuperação Judicial** após seis anos. Com a estabilização da forma de pagamento dos credores da Classe I em agosto, a Eternit encerrou, definitivamente, este capítulo da sua história. Foi um período de grande aprendizado, no qual a Companhia sai ainda mais fortalecida e preparada para novos desafios.

Na frente de crescimento orgânico, um grande marco foi a inauguração da fábrica de fibrocimento em Caucaia, no Ceará. Foi o primeiro ano de funcionamento pleno da planta construída e os resultados estão em linha com o plano de negócios originalmente traçado pela companhia. Embora o ano tenha apresentado um cenário desafiador de retração de vendas para todo o setor, por conta de uma demanda ainda reprimida pós-pandemia, a unidade, com capacidade de 7 mil t/mês, foi responsável por alavancar a nossa frente de vendas, alcançando as melhores margens de contribuição do grupo e fortalecendo a nossa posição estratégica no Nordeste.

Com uma capacidade de produção de telhas de fibrocimento de 100 mil t/mês, representando um crescimento de cerca de 45% do seu parque fabril – atualmente distribuído por seis unidades de fibrocimento, além da unidade de fibra de polipropileno.

Mensagem do Presidente

A Eternit concluiu o projeto de ampliação da capacidade de produção da fábrica de fibra de polipropileno, localizada em Manaus. Iniciado em 2022, com um investimento da ordem de R\$ 24 milhões, o projeto representou um aumento de 50% da capacidade produtiva, que hoje corresponde a 18 mil t/ano.

A Companhia segue o seu compromisso com a saúde financeira, encerrando o ano de 2024 com uma dívida significativamente reduzida, tendo cumprido com sucesso o nosso plano estratégico de investimentos, que totalizou aproximadamente R\$ 500 milhões nos últimos três anos. Neste período, destacamos as iniciativas de modernização do nosso parque fabril, em linha com a atualização tecnológica e transformação digital da empresa.

Outra frente de negócios que apresentou performance positiva foi a de Sistemas Construtivos, hoje o grande ponto de inovação e diversificação de produtos da Eternit. Apoiada na crença de que a construção a seco representa o futuro da construção civil no país, a companhia está ampliando seu portfólio, estudando parcerias e soluções demandadas por este mercado, e destinando recursos relevantes à área, visando a fabricação de produtos customizados.

Ao longo dos últimos cinco anos, a Eternit buscou de forma incessante alternativas para tornar mais competitiva a linha de produtos fotovoltaicos (Tégula Solar, Eternit Solar e Eternit Leaf). Essa linha de produtos não se mostrou viável, mesmo depois de todos os esforços despendidos nesse objetivo, dessa forma, após uma análise criteriosa, a companhia decidiu descontinuar este segmento. Este movimento teve influência do mercado de placas fotovoltaicas oriundas da China, que historicamente vem reduzindo o preço de seus produtos de forma recorrente, afetando todo o mercado fotovoltaico nacional.

Encerramos o ano com um lucro líquido de R\$ 38,8 milhões, apresentando uma redução de 69,5% frente a 2023, favorecido na ocasião pela constituição de IR diferido e um EBITDA de R\$ 81,7 milhões, redução de 27,4% contra o mesmo período do ano anterior, reflexo de um mercado que investiu em ampliações de capacidade no segmento de fibrocimento e por consequência, provocando nos competidores uma busca pelo aumento dos volumes para ocupar essa nova capacidade, o que em muitos casos ocorre através da redução das margens e outro fator que comprometeu foram os problemas operacionais na linha de beneficiamento que impactaram as operações de mineração de crisotila.

O ano de 2024 foi um ano de muitos desafios e grandes marcos históricos, o que nos renova para seguir construindo um futuro perene para a Eternit.

Paulo Andrade
Diretor-presidente

Perfil da Companhia

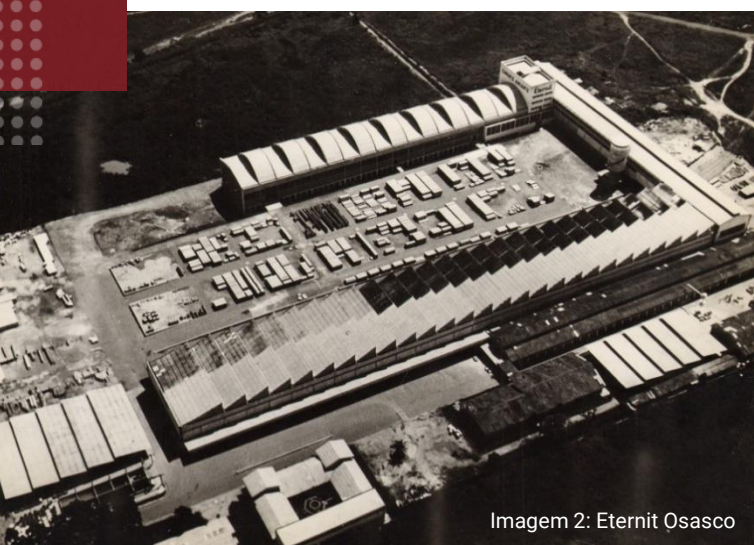


Imagem 2: Eternit Osasco

Fundada há 85 anos, completados em janeiro de 2025, a **Eternit** é uma Companhia brasileira **focada no setor de materiais de construção** e uma das líderes de mercado no segmento de coberturas.

Para operar com eficiência, a Eternit conta com cerca de 1.800 colaboradores, nove parques industriais e uma mineradora que produz a fibra crisotila. As unidades produtivas da Companhia estão presentes em todas as regiões do país, localizadas em 7 estados, além de 15 mil revendedores com presença em todo o território nacional.

Linhas de Negócios e Volumes Produzidos

Telhas de Concreto	5.956	Mil peças
Telhas de Fibrocimento	663.351	Toneladas
Sistemas Construtivos	19.773	Toneladas
Mineral Crisotila	168.124	Toneladas
Fibra Polipropileno (Fibra PP)	10.015	Toneladas



Imagem 3: Onde Estamos

Todos os produtos são fabricados com excelência, eficiência e qualidade, alinhando-se aos valores da Companhia, que incluem saúde e segurança, respeito ao meio ambiente e foco no cliente.

Missão

Desenvolver, fabricar e comercializar matérias-primas, produtos e soluções de excelência para construção civil, garantindo competitividade, rentabilidade e perenidade do negócio, com responsabilidade social e respeito ao meio ambiente.

Visão de Futuro

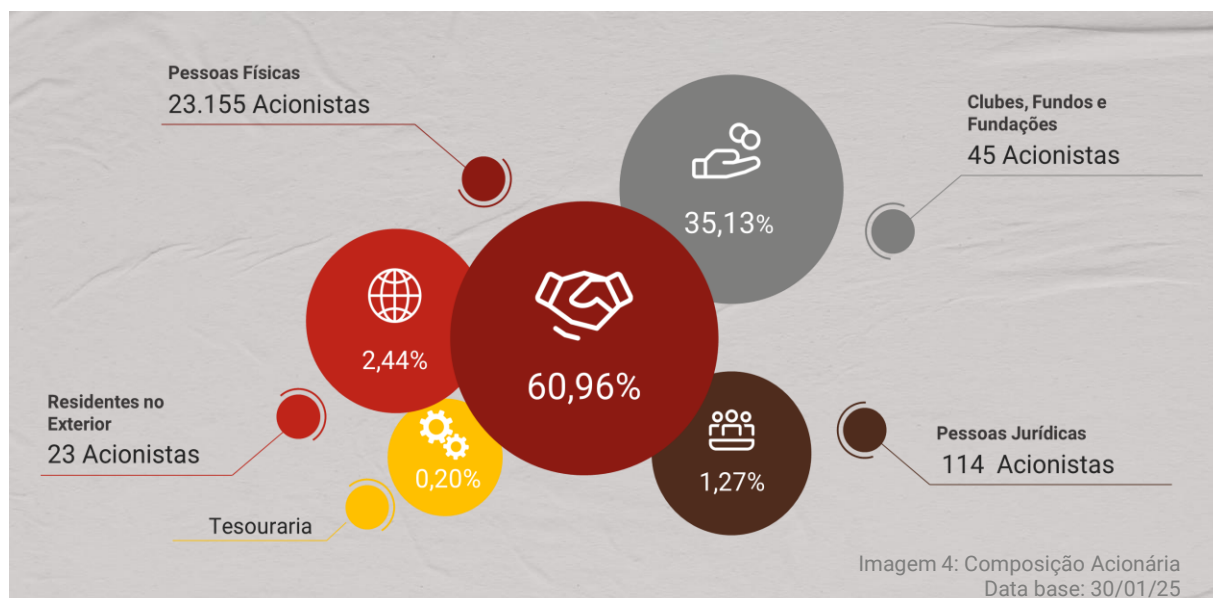
Ser uma empresa diversificada e rentável no fornecimento de matérias-primas, produtos e soluções para construção civil. Manter sua liderança no setor de coberturas e ter participação relevante em outros segmentos, posicionada entre as cinco marcas mais reconhecidas do setor de materiais de construção.

Valores

Agilidade, Compromisso com Resultados, Ética, Excelência, Foco no Cliente, Respeito ao Meio Ambiente, Transparência, Valorização do Colaborador.

Estrutura Acionária e Governança Corporativa

A Eternit tem uma estrutura acionária pulverizada, sem acordo de acionistas ou grupo controlador. A empresa é composta por pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações.



O Modelo de Governança Corporativa adotado pela Eternit está baseado na transparência, no relacionamento com os *stakeholders* e nas melhores práticas do mercado. As ações da companhia são cotadas desde 1948 na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e desde 2006, fazem parte do **Novo Mercado** o que reforça a transparência com o mercado, sendo o segmento que agrupa as empresas com mais alto nível de governança corporativa.

Seus principais objetivos são viabilizar a atuação da companhia de maneira responsável e sustentável, com respeito integral à Legislação Societária Brasileira e com o cumprimento de todos os dispositivos constantes do Regulamento de Listagem no Novo Mercado de Governança Corporativa da B3.

Atualmente, a estrutura de Governança Corporativa é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de assessoramento, Diretoria Estatutária e pela Auditoria Interna Não estatutária.

O **Conselho de Administração** (CA) é um órgão autônomo de natureza colegiada, composto por cinco membros, com atuação regulada por Regimento Interno, cujas principais responsabilidades são orientar os negócios da companhia, acompanhar sua operação e administração, decidir sobre questões estratégicas, orientar a Diretoria sobre temas relevantes, deliberar sobre a distribuição de dividendos, além de criar Comitês para matérias específicas.

Estrutura Acionária e Governança Corporativa



Imagem 5: Organograma

Os **Comitês** são formados com o objetivo de auxiliar o Conselho de Administração em tópicos relevantes para o desenvolvimento da companhia, visando agregar valor ao auxiliar na condução dos negócios. Atualmente, a Eternit possui os seguintes comitês: Comitê de Auditoria Não Estatutário, Comitê Estratégico e Comitê de ESG & Recursos Humanos.

A **Diretoria Estatutária** é eleita pelo Conselho de Administração para mandato de dois anos, com possibilidade de reeleição. Atualmente, a diretoria é composta por quatro membros.



Imagem 6: Diretoria Executiva

Na sequência, da direita para a esquerda: **Paulo Andrade** (Diretor-Presidente), **Rodrigo Inácio** (Diretor Comercial e Marketing), **Carisa Cristal** (Diretora Financeira e de Relações com Investidores) e **Ricardo Reichert** (Diretor Industrial).

Sustentabilidade e Desempenho Social

As questões **ambientais, sociais e de governança** são premissas relevantes para a **Eternit** que norteiam suas operações e estratégias. Esses conceitos têm se consolidado cada vez mais na prática como ferramenta de apoio à decisão, impactando os rumos da companhia e contribuindo para a liderança da empresa nos setores em que está presente.

Em 2024, o Comitê de ESG deu continuidade a implantação de ações decorrentes da autoavaliação realizada em 2023 com base no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. As ações implantadas visam alavancar o desempenho do negócio em diferentes áreas. Um dos pontos focais de atuação da Eternit no período foi a mensuração dos indicadores ambientais e sociais de performance.

Os projetos lançados partem de uma criteriosa avaliação da infraestrutura das plantas industriais e das etapas de operação da Eternit. Por meio de mapeamento e estruturação de dados, os times identificam frentes e acompanham dados de evolução dos índices dentro dos valores ESG. Inclusive, a Eternit é signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2007, que atualmente mobiliza mais de 14 mil lideranças corporativas em 160 países, e apoiadora das Metas do Milênio por meio dos 17 ODS.

O acompanhamento dos indicadores mede continuamente a transformação da eficiência, da humanização e da sustentabilidade do processo produtivo.



Atualmente, a Eternit possui sistemas de captação de água da chuva em 5 unidades (Simões Filho, Colombo, Atibaia, Ceará e Rio de Janeiro), com expectativa de ampliar o monitoramento de volume captado para mais duas em 2025. Os índices de consumo de água e energia elétrica permaneceram semelhantes em 2023 e 2024, tendo a geração de resíduos diminuído em aproximadamente 34% de um ano para o outro.

Em relação ao reaproveitamento de materiais das fábricas, uma das alternativas para evitar o descarte de telhas fora do padrão é o corte desses itens em peças menores, transformadas em calços para pallets. Essa ação evita a compra de materiais como madeira, isopor ou papelão para servir de calço e recicla o que se tornaria resíduo.

Sustentabilidade e Desempenho Social

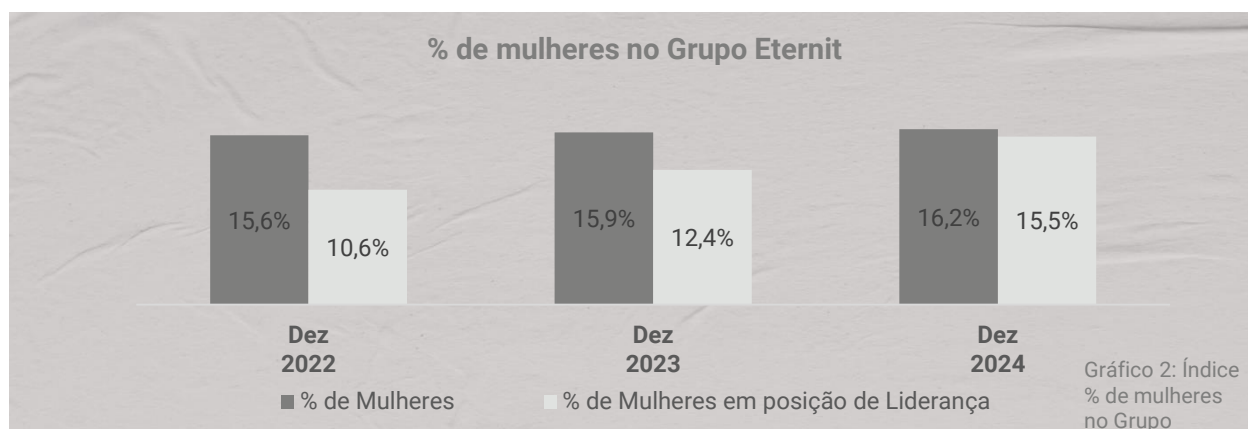
Ainda no campo ambiental, a empresa retomou a elaboração do inventário de Gases do Efeito Estufa (GEE), como um passo para a construção de uma Política de Mudanças Climáticas. Com o suporte de empresa de consultoria, deu início à revisão de sua Matriz de Materialidade – conjunto de temas prioritários para o negócio, que servirá de base para o Relatório Anual de Sustentabilidade, com lançamento previsto para junho de 2025.

Outra frente de atuação que merece destaque é a Segurança no Trabalho. Durante o ano de 2024, foram realizadas mais de 39 horas de treinamentos e principalmente 80 líderes passaram por treinamento sobre os conceitos **HOP** – *Human & Organization Performance and Learning Teams*, uma nova forma de pensar e aplicar conceitos sobre melhorar os ambientes de trabalho, fluxo de atividades e a produtividade humana através do envolvimento das pessoas que realmente conhecem e executam as atividades operacionais.

Nos processos de mineração para extração, beneficiamento e industrialização da fibra de crisotila, há uma série de cuidados e padrões adotados em relação a colaboradores e terceiros. Na Eternit, a Saúde e Segurança do Trabalho é o principal pilar do Valor de Pessoas. Além de acompanhamento de saúde e conscientização sobre riscos, as vias da mina são mantidas úmidas, as cabines de todos os caminhões possuem sistema de vedação eficientes e são climatizados e todo processo de beneficiamento é enclausurado evitando qualquer tipo de exposição aos colaboradores.

São realizadas mensalmente, por profissional certificado internacionalmente, em torno de 50 medições ocupacionais para avaliar a quantidade de fibras respiráveis em todas as áreas operacionais e os resultados são mantidos abaixo do limite legal.

Nos aspectos sociais, a Eternit apoia e incentiva a diversidade, buscando ampliar o número de mulheres na operação e na liderança, tema que ganhou evidência ainda maior com a escolha da primeira mulher em cargo de diretoria da companhia, na área Financeira e de Relações com Investidores.



Sustentabilidade e Desempenho Social



Imagem 7: Projetos apoiados 2024

No apoio à comunidade, foi alcançado o valor de R\$ 1,05 milhão em projetos incentivados em 2023 e realizados em 2024.

Dentro do tema Cadeia de Suprimentos, em 2024, foi encaminhado para os principais fornecedores o formulário para preenchimento com auto declaração sobre o atendimento as questões associadas a ética, transparência, integridade, gestão de pessoas e outros tópicos conectados a um negócio responsável.

Nossos Negócios e Desempenho Operacional

A linha de produtos e serviços oferecidos pela Companhia está dividida em: telhas de fibrocimento e concreto para coberturas, placas para sistemas de *drywall* e *steel frame* e matérias-primas para a fabricação de telhas e placas cimentícias.

Mineração: Mineral crisotila, extraído pela mineradora SAMA, o produto é destinado para fins exclusivos de exportação.

A Eternit é uma das líderes no mercado de telhas do Brasil, com *market share* de 30%. O reconhecimento e a penetração da marca em todo o território nacional, ao longo de seus 85 anos de história, a tornaram um símbolo de brasilidade no segmento de construção civil, estando presente nos lares dos consumidores como sinônimo de confiança e tradição.

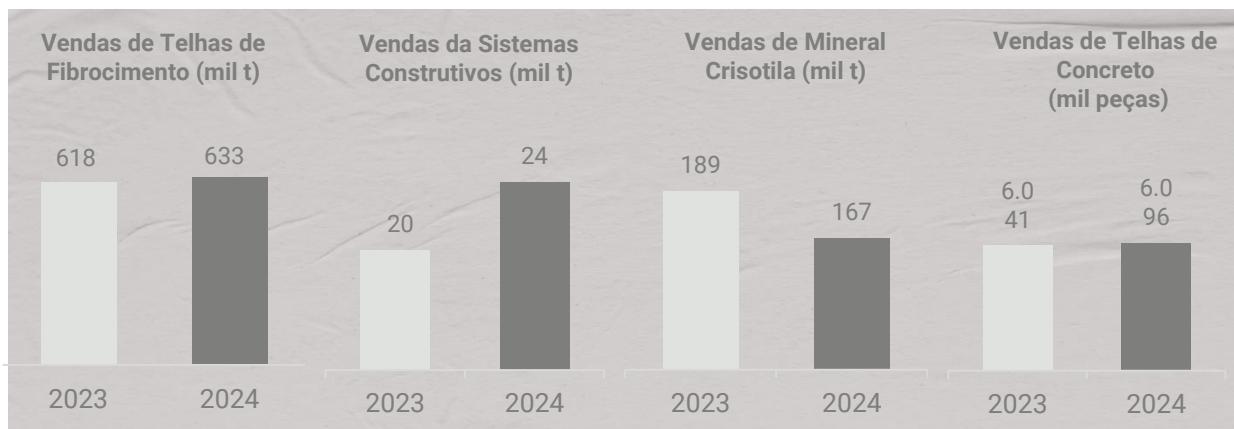


Gráfico 3: Volume de Vendas

Nossos Negócios e Desempenho Operacional

Visando reforçar a sua estratégia de *awareness* de mercado, em 2024, a Eternit intensificou seus investimentos em Marketing, aumentando em 50% os recursos destinados à área em comparação a 2023. Os esforços empreendidos pela companhia contemplaram uma série de ações que resultaram em um incremento expressivo de 53% em sua base de clientes, em relação ao ano de 2019 (pré-pandemia).

Como parte deste novo momento de comunicação, o grupo passou por um reposicionamento de marca, com o objetivo de ampliar a sua conexão com o público e fortalecer os valores de brasilidade e confiança associados a ela. No final de 2024, lançou a campanha "Eternit, a cobertura do brasileiro", com veiculação nacional por meio de spots de rádio, painéis de LED e lona, além da colaboração com influenciadores digitais. A campanha destacou situações típicas do cotidiano, nas quais os produtos Eternit surgem como a solução ideal para evitar imprevistos.

O ano também foi marcado pela retomada de patrocínios esportivos, com foco na presença da marca em mídias massivas. A estratégia já fazia parte da companhia nos anos anteriores, mas ganhou novo impulso em 2024. **A Eternit firmou acordos para ser a patrocinadora oficial dos campeonatos estaduais de futebol de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Ceará em 2025.**

Tratam-se de regiões estratégicas para a expansão do grupo no Nordeste, onde já mantém uma fábrica na Bahia e onde inaugurou, no primeiro semestre de 2024, uma unidade produtora de telhas de fibrocimento em Caucaia, no Ceará.



A inauguração da nova fábrica representou um marco na estratégia de pulverização dos produtos Eternit nestas regiões. A unidade, em operação desde dezembro de 2023, atingiu 100% de ocupação, comercializando a totalidade de sua produção, o que contribuiu para um significativo ganho de *market share*.

Na frente de produtos, 2024 consolidou a tecnologia exclusiva **Imper+** para telhas de fibrocimento, lançada em 2023. Uma solução única no Brasil, a tecnologia agrega uma camada de proteção e potencializa a impermeabilização da telha, garantindo um produto de alta performance.

Nossos Negócios e Desempenho Operacional

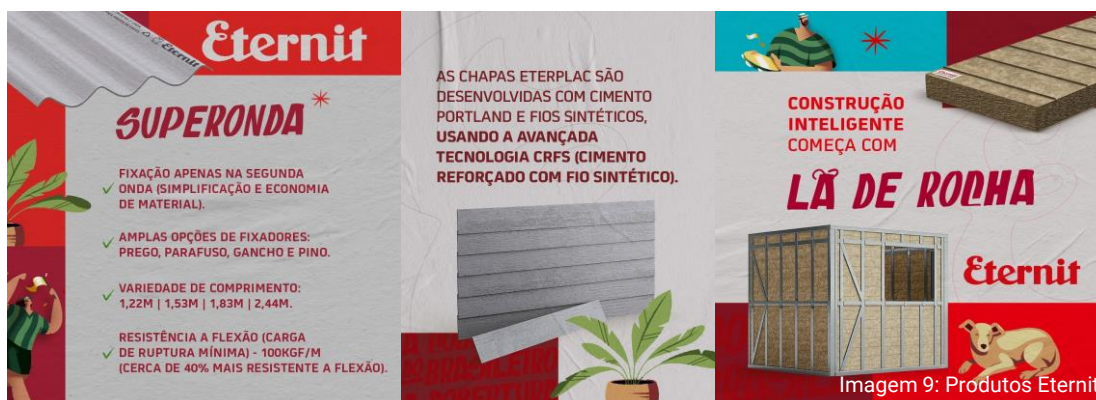


Imagem 9: Produtos Eternit

A Eternit também seguiu ampliando o seu portfólio de Sistemas Construtivos, com os lançamentos Eterfoil e Eterpiso. O primeiro, uma manta térmica de subcobertura, consiste em uma solução desenvolvida para oferecer maior proteção e durabilidade às edificações. O segundo é um piso inovador que combina design moderno, resistência e sustentabilidade, atendendo às demandas de projetos residenciais e comerciais.

Ambos os produtos suprem as demandas de um mercado que apresenta crescimento acelerado no país, refletindo os valores da Eternit, como compromisso com a sustentabilidade e a eficiência operacional, aliados à inovação tecnológica. Essas soluções são modernas e pouco nocivas ao meio ambiente, ao mesmo tempo que são compostas por ativos já produzidos na companhia, mitigando a ociosidade produtiva.

A Companhia reforçou sua presença em feiras especializadas, estreitando o relacionamento com revendedores. Com o objetivo de estabelecer um canal mais direto com esse público, lançou o Portal do Cliente, uma ferramenta desenvolvida para facilitar o processo de compra e promover um melhor relacionamento.

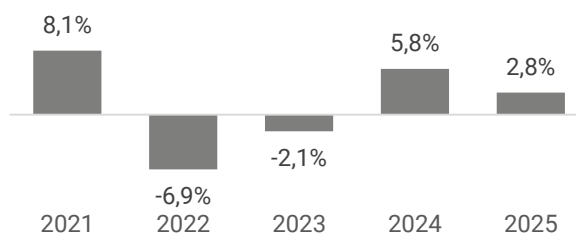
Outra iniciativa relevante foi o lançamento do programa de relacionamento Parceiro Coruja, estratégico para incrementar a fidelização e o índice de recompra por meio de benefícios.

Em 2024, a excelência da Eternit foi novamente reconhecida no mercado. A companhia conquistou o 2º lugar na categoria Telhas de Fibrocimento do Prêmio Anamaco. Foi ainda contemplada pela Revista Revenda, que destacou a Telha Tropical Eternit como o "Melhor Produto do Ano".

Conjuntura Econômica e Setorial

Segundo dados da ABRAMAT, o setor de materiais de construção no Brasil apresentou um desempenho favorável em 2024. Em comparação com novembro, dezembro apresentou alta de 0,4%. Na comparação com dezembro de 2023, foi registrado aumento de 8,3%.

Evolução do faturamento deflacionado



Fonte: ABRAMAT

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revisou para cima a projeção do crescimento do PIB, em 3,5% para 2024, um resultado semelhante ao de 2023 (3,2%), mas com diferenças significativas. Esse ambiente favoreceu o setor de materiais de construção, que teve um crescimento de 4,5% no ano, acima das projeções iniciais. O aumento dos investimentos e a retomada do mercado imobiliário foram fatores-chave para essa alta. Porém, houve uma desaceleração no quarto trimestre. Esse fator pode ter impactado a demanda por materiais de construção nos últimos meses de 2024.

No final de 2024, o Relatório Focus do Banco Central do Brasil indicou um aumento significativo nas expectativas de inflação. As projeções para o IPCA elevaram-se para 4,8% em 2024 e 4,6% em 2025. Esse fator pressionou os custos dos materiais de construção, e tende a impactar o mercado de crédito, sendo ambos detratores do consumo.

O total de famílias endividadas recuou para 76,7% em dezembro de 2024, mantendo a tendência de queda iniciada em julho e registrando o menor nível do ano, conforme a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC, da CNC. Apesar dessa diminuição, a inadimplência entre as famílias oscilou ligeiramente para cima, atingindo 29,3% em dezembro, indicando que muitas famílias ainda enfrentam dificuldades para honrar as dívidas.

Por outro lado, os brasileiros destinaram até R\$ 240 bilhões para apostas on-line em um período de um ano, e pelo menos 1,8 milhão se tornaram inadimplentes por causa do jogo. Com a renda familiar desviada para as BETs, pode haver dificuldade na capacidade das pessoas para investir em reformas e melhorias na casa.

Por fim, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) do FGV/IBRE, recuou 3,6 p.p. em dezembro, menor nível desde junho de 2024. Influenciada principalmente pela deterioração das expectativas em relação aos próximos meses, com queda menos expressiva no indicador que mede as avaliações sobre o momento atual.

A Companhia entende que a conjunção da redução do índice de confiança do consumidor ao cenário macroeconômico com expectativas de elevação de inflação, tornou este um ano especialmente desafiador para o setor.

1. [Relatório FVG/IBRE 12/2024:](#)

2. [Índice ABRAMAT:](#)

3 [IPEA:](#)

4 [Relatório FOCUS](#)

Principais Indicadores

Consolidado - R\$ mil	4T24	4T23	Var. %	3T24	Var. %	2024	2023	Var. %
Receita bruta de vendas	344.448	343.257	0,3	401.244	(14,2)	1.407.858	1.373.599	2,5
Receita líquida	286.634	282.262	1,5	331.992	(13,7)	1.161.752	1.129.213	2,9
Lucro bruto	49.127	62.134	(20,9)	85.350	(42,4)	247.813	290.801	(14,8)
Margem bruta	17,1%	22,0%	- 5 p.p.	25,7%	- 9 p.p.	21,3%	25,8%	- 5 p.p.
Lucro líquido do exercício	8.272	82.994	(90,0)	18.617	(55,6)	38.820	127.221	(69,5)
Margem líquida	2,9%	29,4%	- 26 p.p.	5,6%	- 3 p.p.	3,3%	11,3%	- 8 p.p.
EBITDA CVM 156/22	1.493	21.363	(93,0)	36.001	(95,9)	81.675	112.548	(27,4)
Margem EBITDA CVM156/22	0,5%	7,6%	- 7 p.p.	10,8%	- 10 p.p.	7,0%	10,0%	- 3 p.p.
EBITDA recorrente	16.174	22.648	(28,6)	34.543	(53,2)	79.841	117.995	(32,3)
Margem EBITDA recorrente	5,6%	8,0%	- 2 p.p.	10,4%	- 4 p.p.	6,9%	10,4%	- 3 p.p.



Imagem 10: Placas Cimentícias, produtos que compõem a linha de Sistemas Construtivos Eternit, aplicadas em fachadas de construções comerciais e residenciais.

Desempenho Operacional

Segmento Fibrocimento



Telhas

No 4T24, as vendas de telhas de fibrocimento permaneceram estáveis, totalizando 156 mil toneladas, contra 157 mil toneladas no mesmo período do ano anterior.

No acumulado do ano, as vendas totalizaram cerca de 633 mil toneladas, registrando um crescimento de 2,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

O segmento de fibrocimento encerrou 2024 com uma margem bruta de 11,9%, retração de 7 p.p. em relação ao ano anterior, redução atribuída à contração das margens causadas pelo excesso de oferta no setor, somada aos custos da operação da planta de Caucaia, incluindo custos de mão-de-obra correspondentes à formação das equipes, serviços e depreciação por entrada em operação deste e outros projetos relevantes nas demais unidades.



Sistemas Construtivos

As vendas de placas cimentícias e painéis totalizaram 6,0 mil toneladas no 4T24, representando um crescimento de 21,7% frente ao 4T23. No consolidado de 2024, as vendas somaram aproximadamente 24 mil toneladas, superando em 20,0% o mesmo período de 2023, resultados esses atribuídos ao foco da Companhia nessa linha de produtos e confirmando seu potencial de crescimento.

Fibrocimento - R\$ mil	4T24	4T23	Var. %	3T24	Var. %	2024	2023	Var. %
Receita líquida	186.021	184.355	0,9	207.487	(10,3)	758.288	743.462	2,0
Lucro bruto	10.754	25.601	(58,0)	28.773	(62,6)	90.037	139.123	(35,3)
Margem bruta	5,8%	13,9%	- 8 p.p.	13,9%	- 8 p.p.	11,9%	18,7%	- 7 p.p.



Segmento Mineral Crisotila

No 4T24, as exportações de fibra de Crisotila somaram 37 mil toneladas, retração de 19,1% em relação ao 4T23. O consolidado de 2024, totalizou cerca de 167 mil toneladas, redução de 11,6% frente a 2023. A redução no volume de exportações se deve, principalmente, a indisponibilidade de produto, fruto de problemas operacionais na linha de beneficiamento que impactaram as operações de mineração de crisotila.

No 4T24, o Lucro Bruto totalizou R\$ 45,3 milhões, retração de 5,1% contra o 4T23, e a margem bruta das exportações atingiu 46,7%, queda de 2,5 p.p. em comparação com o mesmo período de 2023.

No acumulado de 2024, o Lucro Bruto totalizou R\$ 168,4 milhões, crescimento de 8,5% frente a 2023, e a margem bruta das exportações atingiu 43,8%, em linha com o ano anterior que ficou 1,2 p.p. abaixo. Conforme tabela apresentada a seguir:

Desempenho Operacional

Mineral Crisotila R\$ mil	4T24	4T23	Var. %	3T24	Var. %	2024	2023	Var. %
Receita líquida	96.907	96.985	(0,1)	119.458	(18,9)	384.760	364.246	5,6
Lucro bruto	45.266	47.717	(5,1)	58.213	(22,2)	168.384	155.218	8,5
Margem bruta	46,7%	49,2%	- 2,5 p.p.	48,7%	- 2,0 p.p.	43,8%	42,6%	1,2 p.p.

Toda produção da fibra crisotila é destinada ao mercado externo, atividade amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, de 16/07/2019. Em 15/08/2024, foi sancionada Lei do Estado de Goiás nº 22.932, estabelecendo o prazo de cinco anos para o encerramento das atividades de extração e beneficiamento do amianto da variedade crisotila, prazo esse que será contado a partir da assinatura do Termo de Compromisso de Cumprimento de Obrigações, o que não ocorreu até 31/12/2024.



Segmento Telhas de Concreto

No 4T24, as vendas de telhas de concreto registraram um volume de 1,2 milhão de peças, redução de 11,4% quando comparado ao 4T23. No acumulado do ano, o volume de vendas se manteve em linha com o mesmo período de 2023, totalizando 6,1 milhões de telhas. A margem bruta apurada no 4T24 registrou 31,4% contra 11,7% no mesmo período de 2023, reflexo do crescimento do preço médio e da redução do custo fixo. No acumulado de 2024 a margem bruta atingiu 15,7%, contra 18,8% no ano anterior, retração de 3 p.p, consequência majoritariamente de redução no preço médio.

Telhas Concreto R\$ mil	4T24	4T23	Var. %	3T24	Var. %	2024	2023	Var. %
Receita líquida	3.544	3.917	(9,5)	4.985	(28,9)	17.880	18.768	(4,7)
Lucro bruto	1.112	460	141,7	734	51,5	2.807	3.522	(20,3)
Margem bruta	31,4%	11,7%	19 p.p.	15%	16 p.p.	15,7%	18,8%	- 3 p.p.

Desempenho Financeiro Consolidado

Análise do resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentando em milhares de reais. No exercício de 2024, a Companhia e suas controladas, registraram lucro líquido de R\$ 38,8 milhões, contra R\$ 127,2 milhões auferido em 2023, uma variação de 69,5%, explicada nas rubricas a seguir:

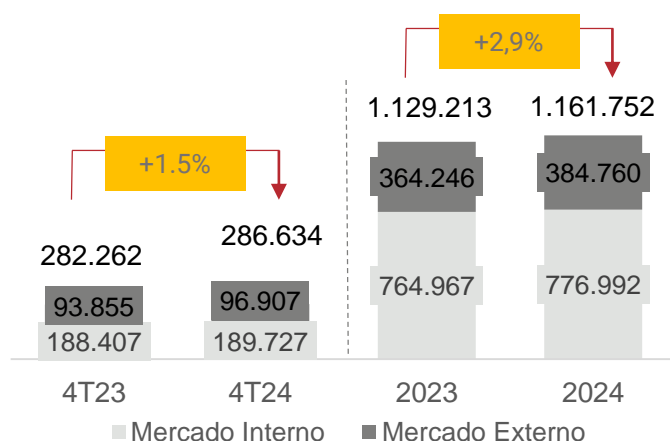
Desempenho Financeiro Consolidado

Receita Líquida (R\$ mil)

No 4T24, a Receita Líquida atingiu R\$ 287 milhões, crescimento de 1,5% em relação ao 4T23, com o segmento de fibrocimento, core business da Companhia, respondendo por 64% do faturamento.

Em relação ao mercado interno, no 4T24, a Receita Líquida totalizou R\$ 190 milhões, mantendo-se em linha com o mesmo período de 2023, que registrou R\$ 188 milhões.

Receita Líquida (R\$ mil)



Tanto a receita no mercado interno quanto no mercado externo cresceram frente aos mesmos períodos de 2023.

Destaque para o efeito favorável do câmbio, além do preço médio em dólar no segmento de crisotila que mitigou o volume inferior.

Custo dos Produtos e Mercadorias Vendidas (R\$ mil)

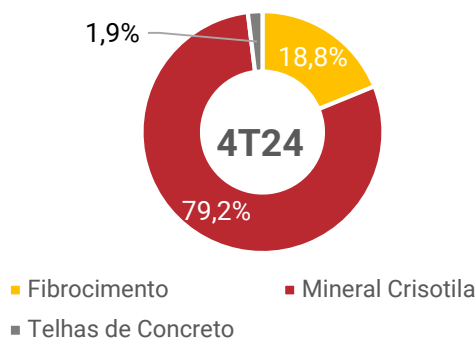
No 4T24, os custos dos produtos e mercadorias vendidos (CPV) totalizaram R\$ 238 milhões, uma elevação de 7,9 p.p. frente ao 4T23, impactado, essencialmente, pelo segmento de fibrocimento, fruto do início da operação da planta de Caucaia, que inclui aumento do quadro e custos de mão-de-obra, serviços e depreciação deste e outros projetos relevantes nas demais unidades. No acumulado de 2024, o CPV totalizou R\$ 914 milhões, crescimento de 9,0 p.p. frente ao resultado registrado no ano anterior. Esse aumento se concentrou no segmento de fibrocimento e é consequência de inflação nos custos dos insumos, acordo coletivo e início da depreciação de Caucaia observada no 4T24.

Consolidado - R\$ mil	4T24	4T23	Var. %	3T24	Var. %	2024	2023	Var. %
Receita líquida	286.634	282.262	1,5	331.992	(13,7)	1.161.752	1.129.213	2,9
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	(237.507)	(220.128)	7,9	(246.642)	(3,7)	(913.939)	(838.412)	9,0
Lucro bruto	49.127	62.134	(20,9)	85.350	(42,4)	247.813	290.801	(14,8)
Margem bruta	17,1%	22,0%	- 4,9 p.p.	25,7%	- 8,6 p.p.	21,3%	25,8%	- 4,5 p.p.

Desempenho Financeiro Consolidado

Lucro Bruto

No 4T24, o lucro bruto atingiu R\$ 49 milhões, apresentando uma retração de 20,9% contra o mesmo período de 2023 reflexo da compressão das margens observadas no segmento de fibrocimento, como destacado anteriormente. No acumulado de 2024, o lucro bruto registrou R\$ 247,8 milhões, contra R\$ 291,0 milhões em 2023, consequência dos mesmos eventos observados no 4T24.



Despesas com Vendas

No 4T24, as despesas com vendas somaram R\$ 29,8 milhões, mantendo-se estável em comparação com o mesmo período do ano anterior, mesmo com a manutenção dos gastos, a Companhia intensificou os investimentos em Marketing, na ordem de 50% frente a 2023.

Consolidado - R\$ mil	4T24	4T23	Var. %	3T24	Var. %	2024	2023	Var. %
Receita Líquida	286.634	282.262	1,5	331.992	(13,7)	1.161.752	1.129.213	2,9
Despesas com vendas	29.842	29.874	(0,1)	32.063	(6,9)	115.765	115.423	0,3
% da Receita Líquida	10,4%	10,6%	(1,6)	9,7%	7,8	10,0%	10,2%	(2,5)

Despesas Gerais e Administrativas

No 4º trimestre, as despesas gerais e administrativas somaram R\$ 20,9 milhões, aumento de 22,1% em comparação com o 4T23, consequência de aumento das despesas com honorários advocatícios, acordo coletivo e concentração de despesas de plano de saúde.

No consolidado de 2024, as despesas administrativas totalizaram R\$ 96,8 milhões, permanecendo em linha com o mesmo período do ano anterior, a despeito de uma inflação de 4,83% no ano, demonstrando o compromisso da companhia na busca de eficiências.

Desempenho Financeiro Consolidado

Outras (Receitas) Despesas Operacionais

As outras (receitas) despesas operacionais totalizaram uma despesa de R\$ 12,3 milhões no 4T24, frente a R\$ 4,3 milhões no mesmo período do ano anterior, reflexo dos impactos financeiros decorrentes da descontinuidade da linha de produtos fotovoltaicos, provisionados nesse trimestre. No consolidado de 2024, as outras (receitas) despesas operacionais totalizaram uma receita de R\$ 1,5 milhões, favorecida, principalmente, pela alienação do terreno de Goiânia com uma receita de R\$ 20,5 milhões, revisão de prognósticos de processos trabalhistas e menor despesas por indenizações, mitigando os efeitos da descontinuidade da operação da linha de produtos fotovoltaicos no valor de R\$ 17,1 milhões.

Consolidado - R\$ mil	4T24	4T23	Var. %	3T24	Var. %	2024	2023	Var. %
Despesas com vendas	29.842	29.874	(0,1)	32.063	(6,9)	115.765	115.423	0,3
Despesas gerais e administrativas (1)	20.903	17.126	22,1	26.525	(21,2)	96.759	96.763	(0,0)
Outras (receitas) despesas operacionais	12.330	4.294	187,1	2.610	372,4	(1.518)	3.719	-
Total das despesas operacionais	63.075	51.294	23,0	61.198	3,1	211.006	215.905	(2,3)

(1) Contempla Remuneração da Administração

EBITDA

A Companhia registrou um EBITDA Recorrente² de R\$ 16,2 milhões no 4T24, contração de 28,6% frente ao 4T23. No acumulado do ano, o EBITDA Recorrente² somou R\$ 79,8 milhões, redução de 32,3% frente ao mesmo período do ano anterior, consequência da contração das margens no segmento de fibrocimento, causada pelo excesso de oferta no setor, somada aos custos da operação da planta de Caucaia, com acréscimo de mão-de-obra, serviços e depreciação. O EBITDA¹ atingiu R\$ 1,5 milhões no 4T24 decréscimo de 93,0% em relação ao 4T23. Já no acumulado de 2024, o EBITDA¹ somou R\$ 81,7 milhões, redução de 27,4% em relação a 2023.

Desempenho Financeiro Consolidado

EBITDA

Consolidado - R\$ mil	4T24	4T23	Var. %	3T24	Var. %	2024	2023	Var. %
Lucro líquido do período	8.272	82.994	(90,0)	18.617	(55,6)	38.820	127.221	(69,5)
Imposto de renda e contribuição social	(28.565)	(77.650)	(63,2)	4	N.A.	(21.175)	(64.259)	N.A.
Resultado financeiro líquido	6.344	5.496	15,4	5.531	14,7	12.817	11.934	7,4
Depreciação e amortização	15.442	10.523	46,7	11.849	30,3	51.213	37.652	36,0
EBITDA CVM 156/22¹	1.493	21.363	(93,0)	36.001	(96)	81.675	112.548	(27,4)
Eventos não recorrentes	14.681	1.285	1.042,5	1.458	907,2	(1.834)	5.447	N.A.
Reestruturação	-	-	N.A.	246	(100,0)	658	381	72,7
Despesas relativas a recuperação judicial	370	387	(4,3)	740	(49,9)	2.136	1.657	28,9
Despesas relativas a descontinuidade de unidades	-	246	N.A.	-	N.A.	306	470	N.A.
Receita relativa a créditos extemporâneos	(830)	-	N.A.	(479)	73,3	(3.071)	(1.427)	115,2
Vendas/baixas de bens do ativo imobilizado	245	392	(37,4)	-	N.A.	(19.652)	1.303	N.A.
Recebimento de venda de precatórios	-	-	N.A.	-	N.A.	-	(8.562)	(100,0)
Provisão para descontinuidade da linha de produtos fotovoltaicos e Impairment	22.738	-	N.A.	-	.	22.738	-	N.A.
Provisão para Contingências	(7.842)	-	N.A.	-	N.A.	(7.842)	-	N.A.
Outros eventos não recorrentes	-	260	(100,0)	951	(100,0)	2.894	11.625	(75,1)
EBITDA Recorrente²	16.174	22.648	(28,6)	37.458	(57)	79.841	117.995	(32,3)
Margem EBITDA Recorrente	5,6%	8,0%	- 2 p.p.	11,3%	- 5 p.p.	6,9%	10,4%	- 3 p.p.

1 O EBITDA não contempla os ajustes de eventos não recorrentes.

2 O EBITDA Recorrente é um indicador utilizado pela Administração para analisar o desempenho econômico operacional nos negócios controlados integralmente pela Companhia, excluindo o resultado da equivalência patrimonial, além dos eventos não recorrentes.

Desempenho Financeiro Consolidado

Resultado Financeiro

No 4T24, as receitas financeiras totalizaram R\$ 62 mil, redução de 80,7% em relação ao mesmo período de 2023, consequência da redução de disponibilidade de caixa em aplicações financeiras. Em relação às despesas financeiras, essas totalizaram R\$ 2,8 milhões no 4T24, redução de 14% frente ao 4T23, fruto da redução do endividamento do período. Outras é composto basicamente por custos com parcelamento de tributos, despesas bancárias e impacto da tributação de PIS/COFINS sobre a atualização monetária.

No ano de 2024 o resultado financeiro líquido, após variação cambial e outras despesas, totalizou uma despesa de R\$ 19,7 milhões, aumento de R\$ 7,2 milhões frente a 2023.

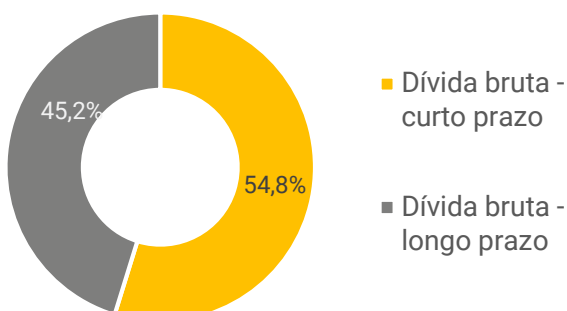
Consolidado - R\$ mil	4T24	4T23	Var. %	3T24	Var. %	2024	2023	Var. %
Receitas financeiras	62	322	(80,7)	90	(31,1)	719	4.457	(83,9)
Aplicação Financeira	62	322	(80,7)	90	(31,1)	719	4.457	(83,9)
Despesas Financeiras	(2.798)	(3.252)	(14,0)	(4.041)	(30,8)	(14.477)	(10.456)	38,5
Juros da Dívida Concursal	(427)	(519)	(17,7)	(452)	(5,5)	(1.881)	(2.152)	(12,6)
Juros de Financiamento	(2.371)	(2.733)	(13,3)	(3.589)	(33,9)	(12.596)	(8.304)	51,7
Outras	(4.481)	(2.031)	121,5	(1.924)	133,9	(6.029)	(5.722)	5,7
Líquido de variações cambiais	873	(535)	-	344	153,8	626	(213)	-
Resultado financeiro líquido	(6.344)	(5.496)	15,8	(5.531)	15,0	(19.160)	(11.934)	60,7

Imposto de renda e contribuição social

No 4T24, a Companhia totalizou receita com IRPJ/CSLL no valor de R\$ 27,2 milhões devido ao reconhecimento de impostos diferidos sobre diferenças temporárias, não registrados anteriormente por falta de expectativa de realização, no mesmo trimestre de 2023, a conta registrou receita de R\$ 77,6 milhões pelo reconhecimento do IRPJ/CSLL diferidos de prejuízo fiscal da controladora no valor de R\$ 80,0 milhões. De modo que no acumulado do ano de 2024, o IRPJ/CSLL somou receita R\$ 19,2 milhões comparado a R\$ 64,2 milhões de receita em 2023.

Desempenho Financeiro Consolidado

Endividamento



Em 2024, a Eternit contabilizou um endividamento líquido de R\$ 110 milhões, apresentando uma redução de 12,5% frente a 2023. Reflexo da redução na captação de curto prazo e do aumento da disponibilidade de caixa. A relação Dívida Líquida/EBITDA Recorrente registrou 1,38, se mantendo em patamar confortável ao final do 4T24.

O endividamento bruto em **2024** totalizou cerca de **R\$ 126,3 milhões**, apresentando uma redução de 12% se comparado com o fechamento de 2023, sendo constituído pelas seguintes linhas de créditos:

a. Linhas de longo prazo:

- Empréstimo contratado junto ao Banco da Amazônia (BASA), destinado à implantação da unidade da Eternit da Amazônia (R\$ 25,6 milhões);
- Empréstimo FINAME Materiais, contratado junto ao Banco Daycoval (R\$ 29,1 milhões);
- CCE firmado junto aos Bancos Sofisa e Fibra (R\$ 26,0 milhões), com recursos destinados à aquisição de caminhões para atividade de mineração.

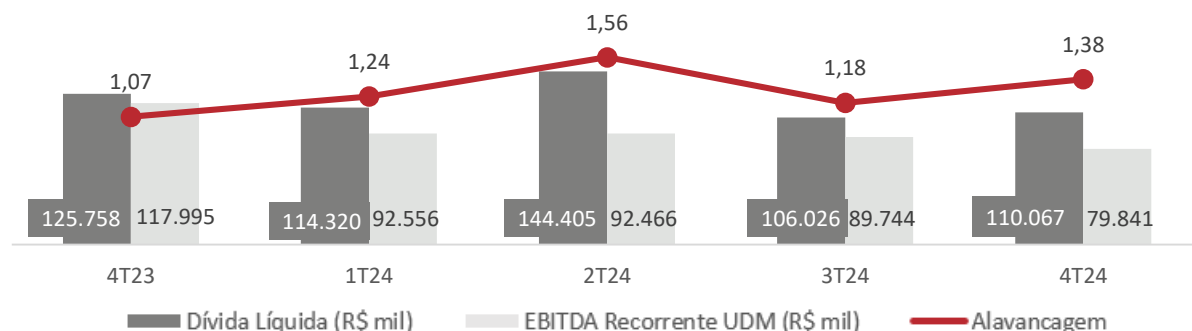
b. Linha de curto prazo:

- Adiantamento Sobre Cambiais Entregues – ACE (R\$ 45,6 milhões).

Endividamento

Dívida (Caixa) Líquido - R\$ mil	31/12/2024	31/12/2023	Var. %
Dívida bruta - curto prazo	69.163	82.746	(16,4)
Dívida bruta - longo prazo	57.094	59.551	(4,1)
Total da dívida bruta	126.257	142.297	(11,3)
(-) Disponibilidades	16.190	16.539	(2,1)
Dívida (Caixa) líquido	110.067	125.758	(12,5)

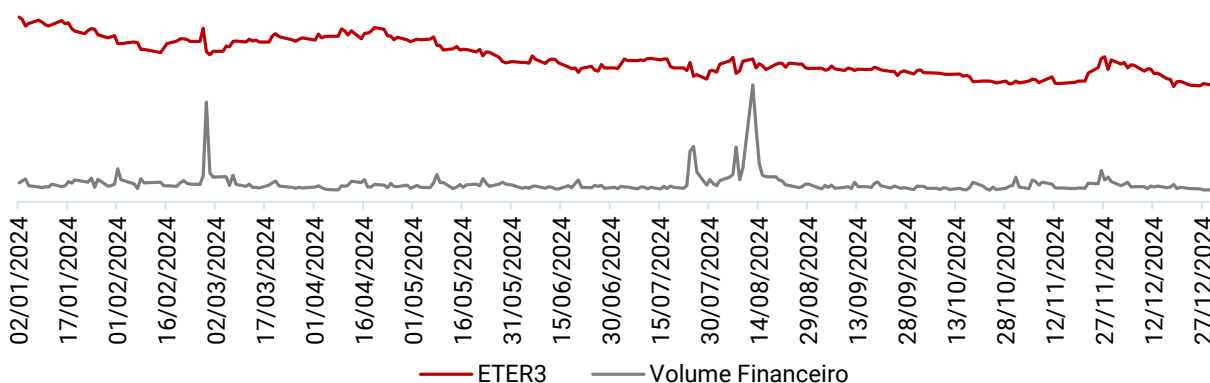
Dívida Líquida / EBITDA Recorrente



Mercado de Capitais

As ações da **Eternit** são negociadas na B3 sob o código **ETER3** e encerraram o último pregão de dezembro de 2024 cotadas a R\$ 5,08, com um volume médio diário de negociação de R\$ 1,7 milhões, resultando um valor de mercado de R\$ 314 milhões.

Performance das ações (ETER3)



Com capital pulverizado, ou seja, a maior parte das ações da Companhia estão distribuídas entre diversos acionistas, sem que haja um controlador, em 30 de dezembro de 2024, a Eternit contava com aproximadamente 24 mil acionistas, e 59% do capital detido por pessoas físicas, e apenas 3 acionistas detinham 5% (ou mais) do capital social, totalizando 37% do total de ações da Companhia.

Distribuição de proventos aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido, após as destinações para reservas. Desde 2022, a Companhia adota a política de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio, com apurações em base trimestral e pagamentos concentrados em setembro do ano corrente e março do ano subsequente.

Em 2024 a Companhia, de acordo com sua prática de distribuição de proventos, anunciou a distribuição de R\$ 7,7 milhões entre Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio, o montante corresponde a R\$ 0,126 por ação.

Audidores Independentes

A BDO RCS Auditores Independentes do Brasil ("BDO") foi responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras de 31/12/2024, assim como das informações trimestrais de 30/09/2024, 30/06/2024 e 31/03/2024.

Atendendo ao disposto na Resolução CVM nº 162/22 e à Política de Contratação de Serviços Extra Auditoria dos Auditores Independentes da Eternit, a Companhia informa que durante o exercício de 2024 não foram contratados outros serviços dos seus auditores independentes não relacionados à auditoria externa das suas demonstrações contábeis.

Declaração da Diretoria

Em atendimento ao artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às mesmas.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.759	3.948	16.190	16.539
Contas a receber	4	42.910	58.705	154.475	179.857
Estoques	5	115.121	83.301	196.527	168.259
Tributos a recuperar	6	7.993	24.985	90.903	140.904
Imposto de renda e contribuição social Diferidos	19.(ii)	-	1.850	-	1.850
Partes Relacionadas	8	229.918	256.195	-	-
Adiantamento a fornecedor		3.315	2.433	43.140	27.187
Outros ativos		17.178	16.138	36.506	33.439
		418.194	447.555	537.741	568.035
Não Circulante					
Depósitos judiciais		9.667	8.294	14.197	12.778
Tributos a recuperar	6	1.428	2.227	3.373	22.597
Partes Relacionadas	8	1.895	4.044	-	-
IRPJ/CSLL diferidos	19.(iii)	107.908	77.675	109.842	64.712
Investimentos	7	397.873	385.609	-	-
Ativo de direito de uso	11	-	-	16.023	16.069
Imobilizado	9	160.010	167.666	549.086	535.283
Intangível	10	2.055	123	74.424	79.048
Outros ativos		139	139	1.830	1.844
		680.975	645.777	768.775	732.331
Total do ativo		1.099.169	1.093.332	1.306.516	1.300.366

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Fornecedores	12	30.821	28.450	86.828	75.981
Empréstimos e financiamentos	13	12.576	9.528	69.163	82.746
Partes Relacionadas	8	15.650	32.221	-	-
Obrigação com pessoal	14	16.131	19.878	27.688	31.852
Impostos e taxas a recolher	15	8.375	11.126	19.928	20.730
Prov. benefício pós-emprego	30	3.691	3.227	7.393	6.927
Obrigações de arrendamento	11	-	-	3.607	3.607
Dividendos e JCP a pagar	18.(iv)	5.405	24.845	5.405	24.881
Outros passivos	16	31.490	21.758	69.646	49.559
		124.139	151.033	289.658	296.283
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	16.532	23.747	57.094	59.551
Partes Relacionadas	8	-	22.981	-	-
Impostos e taxas a recolher	15	11.865	2.406	11.944	14.477
Obrigação com pessoal	14	3.295	5.681	3.512	5.930
Prov. contingências	17	42.917	49.716	58.188	68.817
Prov. benefício pós-emprego	30	28.162	29.970	53.932	61.119
Prov. perdas em investimentos	7	66.196	38.101	-	-
Provisão para desmobilização da mina	31	-	-	13.179	11.756
Obrigações de arrendamento	11	-	-	12.918	12.627
		168.967	172.602	210.767	234.277
Patrimônio líquido					
Capital Social	18.(i)	438.082	438.082	438.082	438.082
Reservas de capital		93.414	85.481	93.414	85.481
Reservas de lucros		279.845	256.661	279.845	256.661
Outros resultados abrangentes		(4.157)	(9.937)	(4.157)	(9.937)
Ações em tesouraria	18.(ii)	(1.121)	(590)	(1.121)	(590)
Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		806.063	769.697	806.063	769.697
Participação dos acionistas não controladores		-	-	28	109
		806.063	769.697	806.091	769.806
Total do passivo e patrimônio líquido		1.099.169	1.093.332	1.306.516	1.300.366

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	20	579.631	637.678	1.161.752	1.129.213
Custos dos produtos e mercadorias vendidos, e dos serviços prestados	21	(515.561)	(520.514)	(913.939)	(838.412)
Lucro Bruto		64.070	117.164	247.813	290.801
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas com vendas	21	(51.872)	(51.078)	(115.765)	(115.423)
Gerais e administrativas	21	(32.830)	(37.795)	(86.355)	(83.119)
Remuneração da administração	21	(7.718)	(11.022)	(10.404)	(13.644)
Outras receitas/ (despesas) operacionais, líquidas	22	8.127	(2.380)	1.517	(3.719)
Resultado da equivalência Patrimonial	7	39.541	39.389	-	-
		(44.752)	(62.886)	(211.007)	(215.905)
Resultado operacional		19.318	54.278	36.806	74.896
Resultado financeiro	23	(8.931)	(8.427)	(19.161)	(11.934)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		10.387	45.851	17.645	62.962
Imposto de renda e Contribuição Social					
Corrente	19.(i)	-	-	(22.105)	(28.440)
Diferido	19.(i)	28.384	81.330	43.280	92.699
Lucro líquido do exercício		38.771	127.181	38.820	127.221
Atribuível a:					
Acionistas controladores		-	-	38.771	127.181
Acionistas não controladores		-	-	49	40
Lucro líquido do exercício		-	-	38.820	127.221
Lucro líquido por ação Básico e diluído (R\$)		-	-	0,6288	2,0606

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	38.771	127.181	38.820	127.221
Outros resultados abrangentes				
Ganho/(perda) líquido na atualização do plano de benefício definido	517	(2.571)	5.779	(2.449)
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	5.262	122	-	-
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	5.779	(2.449)	5.779	(2.449)
Resultado abrangente total do exercício	44.550	124.732	44.599	124.772
Atribuível a:				
Acionistas controladores			44.550	124.732
Acionistas não controladores			49	40
			43.599	124.772

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Nota Explicativa	Reserva de lucros							Total controladora	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
		Capital social	Reserva de capital Subvenção para investimentos	Ações em tesouraria	Reservas de lucros Estatutária	Reservas de Lucros legal	Reservas de lucros	Retenção de lucros				Outros resultados abrangentes
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2023		438.082	81.093	(174)	15.101	15.101	134.472	-	(7.487)	676.188	110	676.298
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	127.181	-	127.181	40	127.221
Constituição de reservas		-	-	-	6.359	6.359	79.269	(91.987)	-	-	-	-
Perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	(2.450)	(2.450)	-	(2.450)
Dividendos declarados		-	-	-	-	-	-	(10.071)	-	(10.071)	-	(10.071)
Compra de ações em tesouraria		-	-	(416)	-	-	-	-	-	(416)	-	(416)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	(20.735)	-	(20.735)	(41)	(20.776)
Subvenção para investimentos	18.v	-	4.388	-	-	-	-	(4.388)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		438.082	85.481	(590)	21.460	21.460	213.741	-	(9.937)	769.697	109	769.806
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2024		438.082	85.481	(590)	21.460	21.460	213.741	-	(9.937)	769.697	109	769.806
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	38.771	-	38.771	49	38.820
Constituição de reservas		-	-	-	1.939	1.939	19.212	(23.090)	-	-	-	-
Perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	5.780	5.780	-	5.780
Dividendos declarados		-	-	-	-	-	-	(2.272)	-	(2.272)	-	(2.272)
Ganho/perda no investimento após aumento de capital em controladas		-	-	-	-	-	94	-	-	94	(130)	(36)
Compra de ações em tesouraria		-	-	(531)	-	-	-	-	-	(531)	-	(531)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	(5.476)	-	(5.476)	-	(5.476)
Subvenção para investimentos	18.v	-	7.933	-	-	-	-	(7.933)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		438.082	93.414	(1.121)	23.399	23.399	233.047	-	(4.157)	806.063	28	806.091

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	20	752.844	825.856	1.408.780	1.374.041
Outras receitas		19.545	(1.168)	20.560	(1.201)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	21	(1.407)	(3.222)	(1.785)	(11.962)
		770.982	821.466	1.427.555	1.360.878
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(412.343)	(429.791)	(780.515)	(753.153)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(164.040)	(147.965)	(246.025)	(194.444)
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos e provisão para descontinuidade	33	(5.627)	-	(15.814)	-
Outras descontos, abatimentos e doações		(1.226)	(1.423)	(1.566)	(1.541)
		(583.236)	(579.179)	(1.043.920)	(949.138)
Valor adicionado bruto		187.746	242.287	383.635	411.740
Depreciação, amortização e exaustão	21 e 22	(22.108)	(16.783)	(51.213)	(37.652)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		165.638	225.504	332.422	374.088
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado da equivalência patrimonial	7	39.541	39.389	-	-
Receitas financeiras		3.250	6.163	57.596	53.918
Outras		(28)	(3.507)	2.614	(1.655)
		42.763	42.045	60.210	52.263
Valor adicionado total a distribuir		208.401	267.549	392.632	426.351
Pessoal:					
Remuneração direta		61.072	62.850	138.642	133.177
Benefícios		28.132	33.564	53.647	55.450
FGTS		6.786	5.342	11.841	9.623
		95.990	101.756	204.130	198.250
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		28.808	(22.688)	2.174	(18.772)
Estaduais		19.165	34.153	23.415	11.168
Municipais		2.453	2.670	4.190	4.044
		50.426	14.135	29.779	(3.560)
Remuneração de capital de terceiros:					
Juros		12.181	14.601	76.775	66.509
Aluguéis		11.033	9.876	43.128	37.931
		23.214	24.477	119.903	104.440
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos		2.272	10.071	2.272	10.071
Juros sobre o capital próprio		5.476	20.735	5.476	20.735
Lucros retidos do exercício		31.023	96.375	31.023	96.375
Participação dos não controladores nos lucros retidos		-	-	49	40
		38.771	127.181	38.820	127.221
		208.401	267.549	392.632	426.351

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		10.387	45.851	17.645	62.962
Ajuste para conciliar o lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado de Equivalência patrimonial	7	(39.541)	(39.389)	-	-
Depreciação e amortização	21 e 22	22.108	16.783	51.213	37.652
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis		602	314	863	1.911
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	21	1.407	1.820	1.785	9.878
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	5	1.847	369	5.456	1.967
Perda estimada para redução ao valor recuperável		5.627	-	15.814	(4.657)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	(2.559)	(940)	(4.667)	(48)
Provisão para benefícios pós-emprego		(827)	(1.964)	(941)	(2.591)
Provisão para desmobilização da mina		-	-	1.423	1.774
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		4.854	5.688	19.638	11.723
		3.905	28.532	108.229	120.571
Aumento/(redução) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		14.388	7.974	20.415	35.584
Partes relacionadas a receber		14.693	3.488	-	-
Estoques	5	(33.667)	30.567	(33.724)	39.596
Impostos a recuperar		20.515	2.402	50.379	(14.802)
Depósitos judiciais		(1.214)	186	(1.419)	101
Disponível para venda		-	-	-	1.023
Outros ativos		90	(11.975)	3.616	(4.299)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		1.104	587	(13.775)	8.436
Dividendos e JCP a pagar		-	(1.697)	-	(1.687)
Partes relacionadas a pagar		(41.327)	(19.536)	-	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher		(4.849)	(7.781)	(4.544)	(12.614)
Obrigações com pessoal	14	(6.133)	(1.457)	(6.582)	1.523
Pagamento de contingências		(4.314)	-	(5.962)	(1.049)
Outros passivos		7.232	(39.227)	20.087	(54.674)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		(29.577)	(7.937)	136.720	117.709
Imposto de renda e contribuição social pagos		(39)	(918)	(2.053)	(32.193)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(29.616)	(8.855)	134.667	85.516
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos e JCP a receber		86.612	55.028	-	-
Adições ao ativo imobilizado e intangível		(22.614)	(19.981)	(75.543)	(208.495)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento		63.998	35.047	(75.543)	(208.495)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos		-	1.687	371.785	406.114
Amortização de empréstimos e financiamentos		(8.852)	(4.999)	(399.923)	(353.192)
Dividendos e JCP a pagos		(27.188)	(22.001)	(27.188)	(22.001)
Operações com arrendamento		-	-	(3.616)	(3.456)
Ações em tesouraria		(531)	(416)	(531)	(416)
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de financiamento		(36.571)	(25.729)	(59.473)	27.049
Aumento/(redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa		(2.189)	463	(349)	(95.930)

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.948	3.485	16.539	112.469
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.759	3.948	16.190	16.539
Aumento/(redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa.	(2.189)	463	(349)	(95.930)

1. Contexto operacional

A Eternit S.A. - (“Companhia” ou “Eternit”) fundada em 1940 e com sede na cidade de São Paulo - SP é uma sociedade anônima de capital aberto com ações listadas no Novo Mercado, negociadas sob o *ticker* ETER3 na B3 S.A - Brasil Bolsa Balcão (“B3”).

Reconhecida no mercado brasileiro como “a marca da coruja”, a Eternit é líder de mercado na comercialização de telhas e sistemas construtivos de fibrocimento, além de ter atuação na industrialização e comercialização de produtos de cimento, concreto, telhas solares, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios.

A Companhia e suas controladas denominadas (“Grupo”) têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos para os segmentos de coberturas (telhas de fibrocimento e de concreto) e de soluções construtivas (placas cimentícias e painel wall), bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios. Além disso, atua na exploração e beneficiamento de fibra mineral da variedade crisotila destinada exclusivamente ao mercado externo.

Atualmente, a Eternit possui: (i) seis parques industriais de fibrocimento em operação, sendo localizados nas cidades de Colombo - PR, Hortolândia - SP, Rio de Janeiro - RJ, Goiânia - GO, Simões Filho - BA e Caucaia - CE; (ii) uma planta industrial em Manaus - AM, responsável pela produção da fibra sintética de polipropileno (PP), que tem como principal destinação a demanda cativa das unidades de fibrocimento; (iii), uma unidade industrial de telha de concreto, localizada na cidade de Atibaia-SP; e (iv) uma mineradora localizada na cidade de Minaçu - GO, responsável pela exploração e beneficiamento de crisotila com vendas destinadas exclusivamente ao mercado externo.

Com capital pulverizado, sem acordo de acionistas ou grupo controlador, a Companhia tem como acionistas pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações.

As demonstrações consolidadas do Grupo incluem as informações contábeis da Eternit S.A. e as de suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito a seguir:

ETERNIT S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Controlada	Participação (%)	Tipo de Controle	Localização/ Sede	Atividade principal
Sama S.A. Minerações Associadas	100	Direto	Minaçu/GO	Mineração, exploração e beneficiamento da fibra crisotila destinada ao mercado externo.
Tégula S.A.	100	Direto	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, bem como peças e acessórios.
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	100	Direto	Manaus/AM	Industrialização e comercialização de fibras sintéticas de polipropileno utilizadas em materiais de construção.
Confibra Indústria e Comércio Ltda	100	Direto	Hortolândia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de fibrocimento para uso na construção.
Córdoba Consultoria e Participações Ltda.	100	Indireto	São Paulo/SP	Gestão do patrimônio e administração dos investimentos do grupo.
Engedis Distribuição Ltda.	100	Indireto	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica.
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. "CSC"	100	Direto	Caucaia/CE	Industrialização e comercialização de telhas de fibrocimento para uso na construção.
Tégula Solar S/A.	100	Indireto	Atibaia/SP	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, bem como peças e acessórios.

Os principais produtos industrializados e comercializados pelo Grupo, assim como informações por segmento, estão descritos na Nota Explicativa nº 24.

1.1. Reorganização societária

Em 28 de novembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou as incorporações das controladas Precon Goiás Industrial Ltda, Prel Empreendimentos e Participações Ltda e Atena Consultoria e Participações Ltda, pela controladora Eternit S.A.

As incorporações fazem parte de um projeto de reorganização societária, visando a simplificação e maior eficiência dos processos administrativos.

Ocorreram pelo valor de custo, na data base de 31 de outubro de 2024, suportado nos laudos de incorporação elaborados por empresa terceira especializada, não resultando em aumento ou redução do patrimônio líquido ou capital social da Companhia.

Os ativos e passivos incorporados estão demonstrados abaixo:

ETERNIT S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

PRECON GOIÁS INDUSTRIAL LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE OUTUBRO DE 2024

LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA - R\$ MIL

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	17.860	PASSIVO CIRCULANTE	5.005
Caixas e equivalentes de caixa	30	Fornecedores	72
Impostos a recuperar	2.431	Partes relacionadas	2.336
Partes relacionadas	14.388	Obrigações Tributárias	96
Outros Ativos	1.011	Outros Passivos	2.501
		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	75
		Provisões Trabalhistas	75
ATIVO NÃO CIRCULANTE	22.283	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35.063
Depósitos Judiciais	159	Capital social	6.700
Partes Relacionadas	22.124	Reservas de Lucros	27.308
		Resultados Acumulados	1.055
TOTAL DO ATIVO	40.143	TOTAL DO PASSIVO	40.143

PREL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE OUTUBRO DE 2024

LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA - R\$ MIL

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	40.267	PASSIVO CIRCULANTE	1.432
Impostos a recuperar	266	Fornecedores	2
Partes relacionadas	40.001	Partes relacionadas	111
		Obrigações Tributárias	1.319
		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	10.181
		Parcelamento de Tributos e Contribuições	10.181
ATIVO NÃO CIRCULANTE	20.138	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	48.792
Investimentos	20.138	Capital social	5.536
		Reservas de Lucros	43.635
		Resultados Acumulados	(379)
TOTAL DO ATIVO	60.405	TOTAL DO PASSIVO	60.405

ETERNIT S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

ATENA CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA			
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE OUTUBRO DE 2024			
LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA - R\$ MIL			
ATIVO		P A S S I V O	
ATIVO CIRCULANTE	34.152	PASSIVO CIRCULANTE	<u>33.973</u>
Impostos a recuperar	27	Fornecedores	-
Partes relacionadas	34.125	Partes relacionadas	33.972
		Obrigações Tributárias	1
ATIVO NÃO CIRCULANTE	18.729	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>18.908</u>
Investimentos	18.729	Capital social	10
		Reservas de Lucros	20.213
		Resultados Acumulados	(1.315)
TOTAL DO ATIVO	<u>52.881</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>52.881</u>

1.2. Recuperação judicial

A Companhia, juntamente com suas controladas, ajuizou pedido de recuperação judicial em 19 de março de 2018, perante a Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05.

A decisão de ajuizamento foi aprovada pelos acionistas da Companhia e pelo Conselho de Administração em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2018, e deferida pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo em 16 de abril de 2018, cuja decisão foi publicada em 03 de maio de 2018.

A versão final do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) foi apresentada em 25 de abril de 2019, a qual foi aprovada em Assembleia Geral de Credores em 29 de maio de 2019.

Em 14 de maio de 2024 foi aprovado em Assembleia Geral de Credores o primeiro aditamento pelos credores trabalhistas. Assim, com fundamento nos artigos 58 e 63 da Lei 11.101/2005, as Recuperandas requeriram a homologação do Primeiro Aditamento e o consequente encerramento da Recuperação Judicial.

ETERNIT S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Em 09 de agosto de 2024, após manifestações favoráveis do Administrador Judicial e do Ministério Público acerca do quanto requerido pelas Recuperandas, o Juiz homologou o Primeiro Aditamento e encerrou a Recuperação Judicial do Grupo Eternit, reconhecendo o cumprimento das obrigações assumidas pelas Recuperandas frente aos credores. Por fim, a sentença que encerrou a Recuperação Judicial do Grupo Eternit foi publicada no dia 20 de agosto de 2024 e, diante da ausência de recursos, o trânsito em julgado foi certificado nos autos em 19 de setembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024 a dívida concursal totalizou R\$ 37.919 e US\$ 125 em moeda estrangeira, equivalente a R\$ 774 (R\$ 6,1917: 1 US\$), tendo 85% de sua dívida concursal atrelada ao Banco da Amazônia (Classe II), com amortização mensal (restando 78 parcelas) e juros pré-fixados de 7% a.a.

A movimentação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, desde a homologação até a data de 31 de dezembro de 2024, pode ser visualizada no quadro abaixo:

ETERNIT S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Classes	Saldo aprovado no Plano RJ	Haircut	Dação	Novos créditos habilitados (desabilitados)	Juros/ encargos	Pagamentos. realizados	Saldo final
Classe I - Credores trabalhistas	6.466	-	-	10.585	-	(16.814)	237
Classe II - Credores com garantia real	36.225	-	-	-	13.288	(23.927)	25.586
Classe III - Credores quirografários:							
Opção A - R\$	107.672	(17.314)	(40.400)	(1.160)	3.578	(49.781)	2.595
Opção A - US\$	953	-	-	(520)	1	(309)	125
Opção B - R\$	84.097	(37.839)	-	-	3.242	(49.500)	-
Opção B - US\$	1.696	(763)	-	-	5	(938)	-
Classe IV - Credores microempresas e empresas de pequeno porte	4.612	-	-	11	72	(3.778)	917
Total - R\$	239.072	(55.153)	(40.400)	9.436	20.180	(143.800)	29.335
Total - US\$	2.649	(763)	-	(520)	6	(1.247)	125

ETERNIT S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Conforme Primeiro Aditamento ao Plano de Recuperação de 14 de maio de 2024, demonstramos abaixo os eventos de liquidez e utilização dos Recursos Líquidos decorrentes da alienação judicial do Imóvel e terreno de Goiânia que serão destinados aos Credores Quirografários da Opção A os quais abrangem os Credores Trabalhista:

Evento de liquidez (R\$ mil)	Valor
Recursos remanescentes Aparecida de Goiânia (1º aditamento 14/05/2024)	3.111
Recursos líquidos de impostos - Terreno de Goiânia/GO	13.637
Total	16.748
Destinação	
Pagamentos à credores Classe I - excedente a R\$ 250 mil	(759)
Pagamentos à credores Classe III	(914)
Provisão para novos credores habilitados Classe III (sem dados bancários)	(37)
Total de recursos utilizados/ provisionados	(1.710)
Saldo disponível em 31 de dezembro de 2024	15.038

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado e a ata da Assembleia Geral de Credores e a petição de solicitação e homologação do Primeiro aditamento ao Plano e Recuperação Judicial foram disponibilizadas no sítio da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.eternit.com.br).

1.3. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando e está convencida de que apesar das questões advindas do mineral crisotila no Brasil, possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

a) A questão jurídica do mineral crisotila no Brasil

A atividade de exploração e utilização da crisotila é regulamentada pela Lei Federal nº 9.055/95, Decreto nº 2.350/97 e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Também está prevista na Convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A referida Lei foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.066 propostas pela ANAMATRA e pela ANPT perante o Supremo Tribunal Federal (STF), tendo sido julgada em 24 de agosto de 2017, onde cinco votos foram declarados pela procedência da ação e consequente inconstitucionalidade da Lei Federal e quatro votos pela sua improcedência e constitucionalidade.

ETERNIT S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

De acordo com o artigo 97 da Constituição Federal, a inconstitucionalidade de uma lei pressupõe voto de ao menos seis dos onze ministros, o que não ocorreu. Dessa forma, a Lei nº 9.055 não foi considerada inconstitucional.

Posteriormente foram julgadas pelo STF as ADIs nº 3.406 e nº 3.470 propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) contra a Lei Estadual do Rio de Janeiro que versam sobre a legalidade do uso da crisotila naquele Estado.

No julgamento, foi declarada, por maioria de votos, a improcedência das referidas ADIs, o que resultou na constitucionalidade da Lei Estadual do Rio de Janeiro. Além disso, foi declarada incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Federal, com efeito “erga omnes”, ou seja, atingindo todo o território nacional.

Em função da publicação desta decisão, no início de dezembro de 2017, o Grupo suspendeu as atividades de sua controlada Sama (mineradora). As demais unidades de produção de telhas de fibrocimento seguiram operando através da utilização da fibra sintética de polipropileno (PP) produzida na unidade de Manaus.

Entretanto, a autora das ADIs nº 3.406 e nº 3.470 - (CNTI) solicitou à relatora delas a suspensão do efeito “erga omnes” até a publicação do acórdão, o que foi acolhido, permanecendo apenas a proibição nos Estados que proíbem a matéria-prima.

Diante da decisão acima, a Companhia retomou as atividades da controlada Sama até a publicação do acórdão e fluência do prazo para oposição dos embargos de declaração, nos termos do referido despacho.

Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 10 de janeiro de 2019, o Grupo deixou de utilizar a fibra crisotila como matéria-prima na fabricação de telhas de fibrocimento. Atualmente, a produção de telhas se dá exclusivamente com a utilização de fibras sintéticas de polipropileno produzidas em sua unidade de Manaus.

Nesse contexto, a controlada Sama interrompeu a comercialização da fibra mineral de crisotila no mercado nacional, direcionando sua produção exclusivamente para o mercado externo.

ETERNIT S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Em Fato Relevante divulgado ao mercado em 31 de maio de 2019, o Grupo se viu obrigado a hibernar os ativos da sua controlada Sama. A decisão de hiberná-los se deu pela não apreciação pelo Superior Tribunal Federal (“STF”) do pedido de efeito suspensivo requerido naquele processo até apreciação do mérito dos embargos de declaração, opostos em 08 de fevereiro de 2019. Nos embargos, foi requerida a modulação para o encerramento das atividades de mineração, período no qual a Sama continuaria, exclusivamente, como exportadora da fibra de crisotila.

Ao longo de 2020, a Eternit informou ao mercado que a controlada Sama havia retomado suas atividades, destinando sua produção exclusivamente ao mercado externo, amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, regulamentada pelo Decreto nº 9.518. Dessa forma, a Companhia aguarda a decisão do STF quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 6.200) proposta pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho contra a referida lei goiana.

Em junho de 2023, as ADIs nº 3.406 e nº 3.470, ajuizadas pela CNTI, mencionadas acima, transitaram em julgado, tendo sido reconhecida a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei Federal 9055/95, com efeitos nacionais, o que em nada impacta nas atividades de exportação da Sama, uma vez que as mesmas estão amparadas pela Lei do Estado de Goiás nº 20.514/2019.

Em Fato Relevante datado de 15 de agosto de 2024, a Eternit divulgou ao mercado a edição do Projeto de Lei de autoria do Governador do Estado de Goiás, convertido na Lei n. 22.932/24, que estabelece prazo de cinco anos para o encerramento das atividades de extração e beneficiamento do amianto da variedade crisotila em todo o território do Estado de Goiás.

2. Base para preparação, apresentação das demonstrações contábeis e políticas contábeis materiais

Ao elaborar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou critérios de divulgação baseados em regulamentos, relevância das transações e mudanças observadas na posição patrimonial, econômica e financeira, bem como desempenho da Companhia e de suas controladas.

2.1 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Pronunciamento	Alterações/Aprimoramentos
Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2)	Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024
Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis	Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)	Esclarece que a entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024
Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros	Esclarecimentos à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros

As alterações foram avaliadas pela Administração da Companhia, não havendo efeito nas demonstrações contábeis quanto à sua aplicação. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em

vigor em 31 de dezembro de 2024.

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025.
- b) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025.
- c) Substituição da IAS 1 / IFRS 18 - apresentação e divulgação das demonstrações contábeis emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) em maio de 2024, que introduz subtotais definidos, divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, estabelecendo novos princípios para agregar informações. Entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida em que os normativos estiverem regulamentados pela CVM.

2.2 Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards-“IFRS”*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (“IASB”)*, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Todas as informações relevantes das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”.

2.3. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados

pelos seus valores justos, conforme descrito a seguir:

- (i) O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos;
- (ii) As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Todavia, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais e de indicar e destituir a maioria dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Eternit, baseada nos estatutos, controla as empresas listadas na Nota Explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas entidades.

A participação dos acionistas não controladores nas empresas consolidadas é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, o resultado das controladas é reconhecido através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- (i) Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros;
- (ii) Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora. Todos os saldos e transações entre

as empresas controladas foram eliminados integralmente nas informações contábeis intermediárias consolidadas. As transações entre a Companhia e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

2.5. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram recomendadas pelo Comitê de Auditoria não Estatutário, aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração e ratificadas pelo Conselho Fiscal da Companhia em 11 de março de 2025.

2.6. Práticas contábeis materiais

Na aplicação das práticas contábeis materiais do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.7. Política contábil geral

a) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

b) Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda

diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação.

No final de cada exercício de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

c) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% limitada a 20% do capital social e dos incentivos fiscais, conforme a Lei das Sociedades Anônimas.

Adicionalmente, a Companhia, poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas de 5% limitada a 10% do capital social, além das reservas para contingências, manutenção do capital de giro e/ou ser retida como orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas, conforme estatuto social. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido e são imputados ao dividendo mínimo obrigatório conforme legislação vigente.

As demais políticas contábeis estão apresentadas individualmente em suas respectivas rubricas à saber:

ETERNIT S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Os saldos apresentados de caixa e equivalentes de caixa consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras, são representadas por investimentos temporários que serão mantidos até as suas datas de vencimento, com conversibilidade em caixa em mais de 90 dias da data da aplicação, e estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações contábeis, que não excedem o valor de mercado ou de realização.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	1.759	3.948	16.132	11.131
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	-	-	58	5.408
	<u>1.759</u>	<u>3.948</u>	<u>16.190</u>	<u>16.539</u>

4. Contas a receber

Política contábil

São registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, quando aplicável, deduzidas das Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD”). As contas a receber no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações contábeis.

O montante de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa foi estimado com base na análise de risco dos créditos, que contempla histórico de perdas, percentual de inadimplência médio, situação individual dos clientes, situação do grupo econômico ao qual pertencem. As garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, também é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber:

ETERNIT S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Mercado interno	45.396	62.828	68.294	80.520
Mercado externo (i) e (ii)	-	-	98.872	112.013
	45.396	62.828	167.166	192.533
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (ii)	(2.486)	(4.123)	(12.691)	(12.676)
	42.910	58.705	154.475	179.857

- (i) Exportações da fibra mineral da variedade crisotila, amparada pela lei do estado de Goiás nº 20.514, de julho de 2019 e regulamentada pelo Decreto nº 9.518 de setembro de 2019.
- (ii) Possui a contratação de instrumentos financeiros não derivativo (Trava de Câmbio), que tem como objetivo, garantir a liquidação financeira da carteira de recebíveis preservando a taxa de câmbio da data do embarque da mercadoria.
- (iii) Do valor registrado no consolidado, R\$ 7.514 se referem a inadimplência de dois clientes pontuais da controlada Sama, cujo já foram acionados judicialmente pela Companhia.

Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer				
Até 1 ano	40.472	53.727	152.327	168.881
Valores vencidos				
Até 90 dias	1.990	4.376	2.982	9.438
Entre 91 e 180 dias	419	617	506	908
Entre 181 e 360 dias	547	1.096	786	2.897
Acima de 360 dias	1.968	3.012	10.565	10.409
	45.396	62.828	167.166	192.533
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(2.486)	(4.123)	(12.691)	(12.676)
	42.910	58.705	154.475	179.857

ETERNIT S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Movimentação das Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) sobre as contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	(4.123)	(2.389)	(12.676)	(2.884)
Adições	(4.163)	(4.889)	(5.246)	(16.594)
Reversões	2.756	3.069	3.462	6.071
Baixa Definitiva (i)	3.044	86	3.808	86
Var cambial (Contas a Receber) (ii)	-	-	(2.039)	645
Saldo final	(2.486)	(4.123)	(12.691)	(12.676)

(i) Baixas realizadas de clientes sem expectativa de recebimento.

(ii) Variação Cambial referente à controlada SAMA.

Em 31 de dezembro de 2024, R\$ 45.553 do contas a receber do mercado externo estava atrelado a operações financeiras de duplicatas descontadas do produto ACE (Adiantamento sobre Cambiais Entregues), sendo R\$ 30.659 junto ao Banco Sofisa e R\$ 14.894 junto ao Banco Daycoval.

5. Estoques

Política contábil

São demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e, se aplicável, pelos custos diretos de mão de obra e pelos custos gerais incorridos para trazê-los as suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

O valor realizável líquido corresponde: ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados para conclusão e custos necessários para a comercialização, venda e distribuição dos estoques.

A perda estimada para redução ao valor realizável líquido considera: a provisão para a realização dos itens de estoque cujo preço de venda estimado é abaixo do custo de produção, e também para aqueles itens de giro lento e que poderão se tornar obsoletos.

ETERNIT S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Produtos acabados	45.515	38.062	83.620	79.527
Produtos semiacabados	26.998	15.480	33.332	24.734
Mercadorias para revenda	1.295	926	3.292	2.899
Matérias-primas	22.322	15.729	42.752	34.468
Materiais auxiliares	26.203	18.469	53.761	41.405
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido	(7.212)	(5.365)	(20.230)	(14.774)
	115.121	83.301	196.527	168.259

A movimentação da perda para redução ao valor realizável líquido dos estoques está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(5.365)	(4.996)	(14.774)	(12.807)
Adições	(3.750)	(1.995)	(14.116)	(13.096)
Reversões	1.903	1.626	8.660	11.129
Saldo final	(7.212)	(5.365)	(20.230)	(14.774)

6. Tributos a recuperar

Política Contábil

Os tributos a recuperar são registrados quando existe um direito legal para a Companhia. Ativos contingentes com probabilidade de recuperação possível, que resultam de eventos passados, cuja existência somente será confirmada, ou não, pela ocorrência de eventos futuros incertos, não são registrados.

Os saldos de tributos a recuperar são apresentados líquidos das perdas estimadas de créditos tributários e da recuperabilidade. Os impostos a recuperar representam os direitos que serão realizados por meio de compensações com obrigações futuras provenientes das operações da Companhia. A Companhia revisa continuamente a capacidade de realização desses ativos e, quando necessário, provisões são constituídas para assegurar que esses ativos sejam contabilizados com base no seu valor realizável.

ETERNIT S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (i)	3.684	3.410	47.245	44.964
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	17	10	967	1.598
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (iv)	4.131	17.231	14.195	31.552
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (iv)	580	5.383	3.091	8.763
Tributos sobre importações	90	27	2.794	1.182
Programa de integração social - PIS (ii)	-	-	3.539	11.885
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (ii)	-	-	19.501	57.750
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	-	-	1.626	3.782
Instituto nacional do seguro social- INSS	256	156	424	267
Outros	663	995	894	1.758
	9.421	27.212	94.276	163.501
Circulante	7.993	24.985	90.903	140.904
Não Circulante	1.428	2.227	3.373	22.597

- (i) Do montante registrado na rubrica do consolidado, R\$ 34.904 referem-se à créditos gerados na controlada Sama com operação totalmente dedicada ao mercado externo. A compensação do crédito poderá ser realizada de acordo com as possibilidades previstas na IN n° 715/2005 do Estado de Goiás.
- (ii) Do montante registrado na rubrica do consolidado, R\$ 10.508 referem-se à créditos gerados na controlada Sama com operação totalmente dedicada ao mercado externo e R\$ 7.199 referem-se à créditos decorrentes de um mandado de segurança que obteve trânsito em julgado favorável, que permitiu a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS. O pedido de habilitação foi homologado pela RFB. Todos os créditos estão sendo compensados através de declaração de compensação com tributos federais.
- (iii) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelo programa de incentivos fiscais “Produzir”.
- (iv) O montante contempla saldo negativo de IRPJ e CSLL do grupo, a ser compensado com outros tributos federais.

7. Investimentos e provisão para perda em investimentos

Política Contábil

São representadas por investimentos em empresas controladas, na controladora, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, em decorrência da participação da Companhia nessas empresas. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora.

Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas são eliminados para fins de equivalência patrimonial no balanço individual e para fins de consolidação.

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perda por desvalorização. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por desvalorização e reconhece o montante na demonstração do resultado.

De acordo com o CPC 36 - Demonstrações consolidadas (*IFRS 10 - Consolidated Financial Statements*), a controladora deve apresentar as participações de não controladores no balanço patrimonial consolidado, dentro do patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido dos proprietários da controladora.

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	385.609	387.951
Adições aos investimentos	89.725	-
Resultado da equivalência patrimonial	39.541	39.389
Equivalência de resultado abrangente	5.262	122
Dividendo declarados	(86.612)	(55.028)
Transferência para provisão para perdas em investimentos	28.103	13.175
Incorporação	(63.755)	-
Saldo final	397.873	385.609

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

31/12/2024 Controladas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Partic. %	Realização do lucros nos estoques	Resultado da equivalência PPA	Resultado da equival. patrim.	Lucro não realizado nos estoques	Saldo de Investimentos	Ágio/Mais-valia	Total em provisão para perdas em investimentos	Total em investimentos
Sama S.A - Minerações Associadas	357.611	250.670	106.941	66.554	100,00	-	-	66.554	-	106.941	-	-	106.941
Córdoba Consultoria e Participações Ltda.	165.771	165.072	699	549	99,00	-	-	544	-	692	-	-	692
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	209.622	125.195	84.427	(3.315)	100,00	-	-	(3.315)	-	84.427	5.495	-	89.922
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	188.501	100.550	87.951	16.604	100,00	(719)	-	15.885	(1.947)	86.003	-	-	86.003
Confibra Indústria e Comércio Ltda. (*)	64.481	38.862	25.619	(7.222)	100,00	-	(4.952)	(12.173)	-	25.619	88.696	-	114.315
Tégula S.A.	24.328	90.536	(66.208)	(28.103)	100,00	-	-	(28.103)	-	(66.208)	-	66.208	-
Total	1.010.314	770.885	239.429	45.067		(719)	(4.952)	39.392	(1.947)	237.474	94.191	66.208	397.873
Equivalência das empresas incorporadas					100,00	-	-	149	-	-	-	-	-

(*) O resultado de equivalência da empresa Confibra no montante de (R\$ 11.841), está composto por (R\$ 6.889) relativo ao resultado operacional e (R\$ 4.952) referente amortização da mais valia (PPA) da combinação de negócio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

31/12/2023 Controladas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Partic. %	Realização do lucros nos estoques	Resultado da equivalência PPA	Resultado da equival. patrim.	Lucro não realizado nos estoques	Saldo de Investimentos	Total em provisão para perdas em investimentos	Ágio/Mais-valia	Total em investimentos
Sama S.A. - Minerações Associadas	344.386	236.937	107.449	44.498	99,99	-	-	44.498	-	107.449	-	-	107.449
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	53.640	21.551	32.090	3.506	99,70	-	-	3.495	-	31.994	-	-	31.994
Precon Goiás Industrial Ltda.	41.191	7.183	34.008	2.490	99,99	-	-	2.490	-	34.006	-	-	34.006
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	210.912	212.913	(2.003)	(4.861)	73,90	-	-	(3.592)	-	(1.480)	-	3.299	1.819
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	173.829	88.739	85.091	17.609	99,99	1.852	-	19.459	(1.228)	83.854	-	-	83.854
Confibra Indústria e Comércio Ltda. (*)	69.509	36.669	32.840	(8.460)	100,00	-	(5.326)	(13.786)	-	32.839	-	93.648	126.487
Tégula S.A.	43.498	81.603	(38.105)	(13.176)	99,99	-	-	(13.175)	-	(38.101)	38.101	-	-
Total	936.965	685.595	251.370	41.606		1.852	(5.326)	39.389	(1.228)	250.561	38.101	96.947	385.609

(*) O resultado de equivalência da empresa Confibra no montante de (R\$ 13.786), está composto por (R\$ 8.460) relativo ao resultado operacional e (R\$ 5.326) referente amortização da mais valia (PPA) da combinação de negócio.

ETERNIT S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

8. Partes relacionadas

Política Contábil

Saldos e transações de partes relacionadas, quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações de partes relacionadas e lucros não realizados provenientes de operações efetuadas entre a Companhia e as empresas controladas, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na controlada. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados.

8.1 Saldos e transações da controladora com partes relacionadas:

	Controladora			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Controlada				
Atena Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	(20.568)
Córdoba Consultoria e Participações Ltda.	64.476	-	175.448	(1)
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	44.157	(3.520)	16.167	(1.641)
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	-	2.490	(23.799)
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	3.495	(8.384)
Sama S.A - Minerações Associadas	72.350	(9.026)	48.505	(658)
Companhia Sulamericana de Cerâmica	34.047	(60)	2.341	(38)
Confibra Indústria e Comércio Ltda.	9.532	(1.085)	4.308	(80)
Tégula S.A.	7.251	(1.959)	7.485	(33)
Total controladas	231.813	(15.650)	260.239	(55.202)
Circulante	229.918	(15.650)	256.195	(32.221)
Não circulante	1.895	-	4.044	(22.981)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Clientes (i)		Notas de débito (ii)		Dividendos		Conta corrente (iv)		Cessão de crédito (v)		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
No Ativo												
Controladora												
Córdoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	543	-	63.933	175.448	-	-	64.476	175.448
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	-	-	30.414	6.978	13.743	9.189	-	-	-	-	44.157	16.167
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	-	-	-	-	2.490	-	-	-	-	-	2.490
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	3.495	-	-	-	-	-	3.495
Companhia Sulamericana de Cerâmica	7.966	508	26.081	1.833	-	-	-	-	-	-	34.047	2.341
Sama S.A - Minerações Associadas	-	-	25	8.651	72.325	39.854	-	-	-	-	72.350	48.505
Confibra Indústria e Comércio Ltda.	397	134	9.135	4.174	-	-	-	-	-	-	9.532	4.308
Tégula S.A.	3	-	7.248	5.504	-	-	-	-	-	1.981	7.251	7.485
Total controladas	8.366	642	72.903	27.140	86.611	55.028	63.933	175.448	-	1.981	231.813	260.239

	Fornecedores (i)		Notas de débito (ii)		Adiantamento de Clientes		Mútuo (iii)		Conta Corrente (iv)		Cessão de Crédito (v)		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
No Passivo														
Controladora														
Atena Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.568)	-	-	-	(20.568)
Córdoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	(3.454)	(1.590)	(66)	-	-	(51)	-	-	-	-	-	-	(3.520)	(1.641)
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	-	-	(411)	-	-	-	(23.388)	-	-	-	-	-	(23.799)
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	(47)	-	(1)	-	-	-	-	-	(7.833)	-	(503)	-	(8.384)
Companhia Sulamericana de Cerâmica	-	(30)	(60)	(8)	-	-	-	-	-	-	-	-	(60)	(38)
Sama S.A - Minerações Associadas	-	-	(9.026)	(658)	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.026)	(658)
Confibra Indústria e Comércio Ltda.	(894)	(80)	(191)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.085)	(80)
Tégula S.A.	-	-	(1.959)	(33)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.959)	(33)
Total controladas	(4.348)	(1.747)	(11.302)	(1.112)	-	(51)	-	(23.388)	-	(28.401)	-	(503)	(15.650)	(55.202)

(i) Fornecimento de matéria-prima (fibra sintética) e/ ou produtos acabados e prestação de serviços, eliminados nas informações contábeis consolidadas do Grupo.

(ii) Reembolsos de despesas corporativas sem vencimento predeterminado e sem incidência de juros.

(iii) Contratos de mútuo sobre os quais incidem Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, IRRF e variação de 100% a.a. do CDI, com prazo de amortização de 24 meses a partir da data do aditamento, renováveis por mais 24 meses.

(iv) Valores transferidos às controladas Atena e Córdoba responsáveis pela administração e pagamento de fornecedores do Grupo.

(v) Cessão de crédito celebrada em dezembro/2018, sem vencimento predeterminado e sem incidência de juros.

- (vi) Compra antecipada de insumo para a produção de polipropileno.
(vii) Distribuição de dividendos relativo ao lucro líquido auferido nas controladas no exercício findado em 31/12/2023.

As transações entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes. A seguir estão demonstradas essas transações até 31 de dezembro de 2024.

	Vendas		Compras		Despesas administrativas		Juros sobre mútuo despesa	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
No Resultado								
Controladora								
Córdoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	(1)	(1)	-	-
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	-	-	(105.168)	(108.586)	-	-	-	-
Precon Goiás Industrial Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1.921)	(3.070)
Companhia Sulamericana de Cerâmica	5.813	21.203	(28)	-	-	-	-	-
Confibra Indústria e Comércio Ltda.	4.827	9.850	-	-	-	-	-	-
Tégula S.A.	194	218	(94)	(102)	-	-	-	-
Total	10.834	31.271	(105.290)	(108.688)	(1)	(1)	(1.921)	(3.070)

8.2 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo reconheceu as despesas pagas com remuneração e benefícios de curto e longo prazo do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salário, honorários e benefícios	5.443	5.529	8.129	8.151
Bônus (inclusive encargos)	1.796	5.046	1.796	5.046
Benefício pós-emprego	479	447	479	447
	7.718	11.022	10.404	13.644

A remuneração da Administração e Conselho Fiscal é estabelecida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) de acordo com a legislação societária e Estatuto Social da Companhia.

Deste modo, o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho Fiscal foi apresentado e aprovada na AGO realizada em 09 de abril de 2024, o qual foi fixado em até R\$ 15.109, sendo R\$ 11.277 para a Diretoria Estatutária, R\$ 3.440 para o Conselho de Administração e R\$ 392 para o Conselho Fiscal para o exercício de 2024 (R\$ 14.614 para o exercício de 2023).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a posição acionária da Administração foi de 45.387 ações ETER3, representando 1,11% do total em circulação (459.957 ações - ETER3 no exercício findado em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

9. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e se os valores puderem ser mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

	Controladora						Total
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de Informática, móveis e utensílios	Imobilizações em andamento	
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.759	37.912	198.826	884	11.055	56.152	308.588
Adições	-	-	-	-	-	19.980	19.980
Baixas	-	-	(1.155)	-	(111)	-	(1.266)
Transferência	62	694	37.551	32	525	(38.864)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.821	38.606	235.222	916	11.469	37.268	327.302
Saldos em 1º de janeiro de 2024	3.821	38.606	235.222	916	11.469	37.268	327.302
Adições	-	-	-	-	-	19.497	19.497
Baixas	(602)	-	-	-	-	-	(602)
Transferência	556	4.251	41.447	-	8.446	(54.700)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.775	42.857	276.669	916	19.915	2.065	346.197
Depreciação acumulada							
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(26.520)	(102.076)	(556)	(9.292)	-	(138.444)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Adições	-	(888)	(15.152)	(114)	(469)	-	(16.623)
Baixas	-	-	838	(1)	113	-	950
Transferência	-	8	-	-	(8)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(27.400)	(116.390)	(671)	(9.656)	-	(154.117)
Saldos em 1º de janeiro de 2024	-	(27.400)	(116.390)	(671)	(9.656)	-	(154.117)
Adições	-	(1.275)	(18.260)	(13)	(1.376)	-	(20.924)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	(28.675)	(134.650)	(684)	(11.032)	-	(175.041)
Perda de ativos por substituição de matéria-prima							
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(612)	(4.907)	-	-	-	(5.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(612)	(4.907)	-	-	-	(5.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	(612)	(4.907)	-	-	-	(5.519)
Perda por redução do valor recuperável impairment							
Saldos em 1º de janeiro de 2024	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	(5.627)	-	-	-	(5.627)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	(5.627)	-	-	-	(5.627)
Valor residual							
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.759	10.780	91.843	328	1.763	56.152	164.625
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.821	10.594	113.925	245	1.813	37.268	167.666
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.775	13.570	131.485	232	8.883	2.065	160.010

Os bens do ativo imobilizado dados em garantia estão divulgados conforme a Nota Explicativa nº 27.

Consolidado

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de Informática, móveis e utensílios	Mais-valia Imobilizado	Desmobilização e contenção da mina	Imobilizações em andamento	Total
Custo									
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.074	67.367	579.063	23.485	26.095	44.184	24.276	117.131	887.675
Adições	197	1.005	1.931	783	-	-	-	201.757	205.673
Baixas	-	(620)	(12.600)	(2.464)	(1.039)	-	-	(418)	(17.141)
Transferência	-	841	42.366	11.470	1.137	-	2.514	(58.328)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.271	68.593	610.760	33.274	26.193	44.184	26.790	260.142	1.076.207
Saldos em 1º de janeiro de 2024	6.271	68.593	610.760	33.274	26.193	44.184	26.790	260.142	1.076.207
Adições	-	-	-	-	-	-	-	71.158	71.158
Baixas	(602)	-	(1.816)	(10)	(125)	-	-	(19)	(2.572)
Transferência	556	86.702	191.782	15.834	12.810	-	12.444	(320.128)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.225	155.295	800.726	49.098	38.878	44.184	39.234	11.153	1.144.793
Depreciação acumulada									
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(46.120)	(396.455)	(22.828)	(22.101)	(324)	(14.705)	-	(502.533)
Adições	-	(1.833)	(23.294)	(918)	(869)	(390)	(1.206)	-	(28.510)
Baixas	-	237	13.262	1.438	235	-	-	-	15.172
Transferências	-	7	-	-	(7)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(47.709)	(406.487)	(22.308)	(22.742)	(714)	(15.911)	-	(515.871)
Saldos em 1º de janeiro de 2024	-	(47.709)	(406.487)	(22.308)	(22.742)	(714)	(15.911)	-	(515.871)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Consolidado

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de Informática, móveis e utensílios	Mais-valia Imobilizado	Desmobilização e contenção da mina	Imobilizações em andamento	Total
Adições	-	(4.962)	(36.502)	(3.466)	(2.189)	(1.171)	(1.464)	-	(49.754)
Baixas	-	-	1.583	9	109	-	-	-	1.701
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	(52.671)	(441.406)	(25.765)	(24.822)	(1.885)	(17.375)	-	(563.924)
Perda de ativos por substituição de matéria-prima									
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(612)	(4.907)	-	-	-	-	-	(5.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(612)	(4.907)	-	-	-	-	-	(5.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	(612)	(4.907)	-	-	-	-	-	(5.519)
Perda por redução do valor recuperável impairment e descontinuidade									
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(1.530)	(4.913)	(7.424)	19	(252)	-	(9.569)	6	(23.663)
Reversão	-	332	1.473	804	301	-	1.219	-	4.129
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.530)	(4.581)	(5.951)	823	49	-	(8.350)	6	(19.534)
Saldos em 1º de janeiro de 2024	(1.530)	(4.581)	(5.951)	823	49	-	(8.350)	6	(19.534)
Adição	-	-	(5.627)	-	-	-	-	-	(5.627)
Provisão líquida para perda do imobilizado (i)	1.530	2.990	(11.580)	3.447	205	-	1.463	(4)	(1.949)
Transferências	-	-	846	-	-	-	-	-	846
Saldos em 31 de dezembro 2024 (ii)	-	(1.591)	(22.312)	4.270	254	-	(6.887)	2	(26.264)
Valor residual									
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.544	15.722	170.277	676	3.742	43.860	2	117.137	355.960
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.741	15.691	193.415	11.789	3.500	43.470	2.529	260.148	535.283
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.225	100.421	332.101	27.603	14.310	42.299	14.972	11.155	549.086

(i) Refere-se principalmente a provisão de descontinuidade da linha fotovoltaica;

(ii) Vide nota explicativa nº 32.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Perda por redução ao valor recuperável - teste de *impairment*

A Companhia atualmente possui três Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”) em operação: (i) Fibrocimento, que contemplam os ativos para a produção de telhas de fibrocimento, com fábricas em Colombo-PR, Hortolândia-SP, Rio de Janeiro-RJ, Goiânia-GO, Simões Filho-BA e Caucaia - CE e (Eternit da Amazônia), que contemplam os ativos para produção de fibra sintética de polipropileno com unidade localizada em Manaus; (ii) Telhas de Concreto (Tégula), com uma unidade localizada na cidade de Atibaia-SP e (iii) (Sama), mineradora, responsável pela exploração e beneficiamento da fibra mineral de variedade crisotila que, destina a totalidade da operação para fins exclusivos de exportação amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, regulamentada pelo Decreto nº 9.518.

A última revisão realizada do valor recuperável de seus ativos relevantes ocorreu em 31 de dezembro de 2024. A revisão foi preparada por uma empresa especializada independente e efetuada com base no cálculo do valor em uso e/ou no valor líquido de venda dos ativos. A conclusão dos testes de recuperabilidade destes ativos da Companhia e de suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício.

As metodologias utilizadas para o teste de recuperabilidade dos ativos da Companhia, foram: (i) fluxo de caixa descontado para a UGC de Fibrocimento, contemplando a produção de fibra sintética de polipropileno (Eternit da Amazônia) e a produção de telhas de fibrocimento; e (ii) valor líquido de venda dos ativos para a UGC de Telhas de Concreto (Tégula).

O efeito da reversão referente à depreciação e amortização no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, sobre o saldo de perdas por redução ao valor recuperável das unidades de negócio Telhas de Concreto e Mineradora, registradas em anos anteriores, foi de R\$ 8.458 no consolidado.

UGC Fibrocimento

As unidades industriais da Eternit S/A e Confibra juntamente com a unidade que produz a fibra sintética de polipropileno (PP), localizada em Manaus, são consideradas como uma única UGC para fins de teste de recuperabilidade.

Dessa forma, a Companhia fez a revisão do valor recuperável da UGC no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, utilizando as principais premissas para o cálculo do valor em uso mencionadas a seguir:

- **Período de avaliação:** dez anos;
- **Taxa de crescimento:** receitas, custos e despesas com base no orçamento 2025 aprovado pelo Conselho de Administração e, a partir do segundo ano, premissas macroeconômicas, tais como PIB e inflação projetada e a taxa nominal de 34% para o imposto de renda e contribuição social;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

▪ **Taxa de desconto:** custo ponderado de capital do Grupo (WACC) de 15,7% a.a. O valor dos ativos operacionais da UGC não está fundamentado em 31 de dezembro de 2024, apresentando sinais de *impairment* no valor de R\$ 5.267 que representa menos de 1% dos ativos testados.

UGC Telhas de Concreto (Tégula)

Para realizar o teste de recuperabilidade dos principais ativos do imobilizado da Companhia, alocados nas classes de máquinas e equipamentos, edificações e benfeitorias, moldes, terrenos e demais ativos, a Companhia utilizou o modelo do valor justo líquido de despesa de venda.

O valor resultante da avaliação a valor justo da UGC no exercício findo de 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 66.339, sendo muito superior ao valor contábil de R\$ 31.953.

A mensuração considerou os seguintes métodos de avaliação:

- (i) **Edificações e benfeitorias:** custo de reprodução. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil, não apresentaram perda por redução no valor recuperável (*impairment*);
- (ii) **Terrenos:** método comparativo. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil não apresentaram perda por redução no valor recuperável (*impairment*);
- (iii) **Máquinas, equipamentos, moldes e demais ativos:** valor de mercado para os itens similares encontrados no mercado e custo de aquisição depreciado para os itens que não possuem similares no mercado. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil não apresentaram perda por redução no valor recuperável (*impairment*).

Deste modo, a Companhia não registrou provisão para perda por redução no valor recuperável dos ativos imobilizados e intangível, uma vez que o seu valor justo foi superior ao valor contábil.

UGC Mineração (Sama)

Nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou uma provisão para perda por recuperabilidade de seus ativos correspondente a R\$ 7.930, não havendo a necessidade de revisão da UGC no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 decorrente, principalmente, às incertezas jurídicas que possam afetar a continuidade operativa da controlada.

Nesse sentido, a Administração aguarda a decisão do STF quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho) contra a Lei do Estado de Goiás, de forma a revisar o teste de recuperabilidade de seus ativos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

10. Intangível

Política contábil

Software

O software é definido como um ativo intangível quando for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações. O cálculo da amortização é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada. É iniciada a partir do momento em que o ativo esteja disponível para uso.

Ágio por expectativa de rentabilidade futura

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida em uma combinação de negócios. Esse ágio não é amortizado contabilmente e somente é baixado por alienação ou por *impairment*, através de teste anual para identificar a necessidade de registro de perdas. Ainda, tal ágio é realizado (amortizado) para fins fiscais, tendo por base a legislação vigente, sendo que o correspondente imposto de renda e contribuição social diferido deve ser constituído.

Carteira de clientes

A carteira de clientes é reconhecida apenas em uma combinação de negócios, pelo valor justo na data da aquisição. As relações com clientes têm vida útil definida e, portanto, são amortizadas. A amortização da carteira de clientes é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

	Software	Intangível em andamento	Total
Custo			
Saldo em 1º de janeiro de 2023	15.481	-	15.481
Adições	2		2
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.483	-	15.483
Saldo em 1º de janeiro de 2024	15.483		15.483
Adições	-	3.116	3.116
Transferências	3.116	(3.116)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.599	-	18.599
Amortização			
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(15.200)	-	(15.200)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Software	Intangível em andamento	Total
Adições	(160)	-	(160)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(15.360)</u>	-	<u>(15.360)</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2024	(15.360)	-	(15.360)
Adições	(1.184)	-	(1.184)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u><u>(16.544)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(16.544)</u></u>
Perda por redução do valor recuperável			
Perda de ativos por substituição de matéria-prima			
Valor residual			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	281	-	281
Saldo em 31 de dezembro de 2023	123	-	123
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.055	-	2.055

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado						
	Software	Mais-valia da carteira de clientes	Marcas e Patentes	Ágio	Outros	Intangível em andamento	Total
Custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2023	25.503	29.034	957	72.517	-	-	128.011
Adições	188	-	-	2.508	-	-	2.696
Baixas	126	-	-	-	-	-	126
Transferência	-	7.377	-	(7.377)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	25.817	36.411	957	67.648	-	-	130.833
Saldo em 1º de janeiro de 2024	25.817	36.411	957	67.648	-	-	130.833
Aquisição Confibra	-	-	-	-	-	414	414
Adições	247	-	-	-	-	3.724	3.971
Baixas	(15)	-	-	-	-	15	-
Transferências	3.796	-	-	-	240	(4.153)	(117)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	29.845	36.411	957	67.648	240	-	135.101
Amortização							
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(25.041)	(2.233)	-	-	-	-	(27.274)
Adições	(386)	(7.290)	-	-	-	-	(7.676)
Baixas	59	-	-	-	-	-	59
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(25.368)	(9.523)	-	-	-	-	(34.891)
Saldo em 1º de janeiro de 2024	(25.368)	(9.523)	-	-	-	-	(34.891)
Adições	(1.499)	(6.722)	-	-	-	-	(8.221)
Baixas	7	-	-	-	(8)	-	(1)
Transferências	(45)	-	-	-	-	-	(45)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(26.905)	(16.245)	-	-	(8)	-	(43.158)
Perda por redução do valor recuperável							
Saldo em 1º de janeiro de 2023	94	-	(956)	(16.558)	-	-	(17.420)
Reversões	526	-	-	-	-	-	526

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado						
	Software	Mais-valia da carteira de clientes	Marcas e Patentes	Ágio	Outros	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31 de janeiro de 2023	620	-	(956)	(16.558)	-	-	(16.894)
Saldo em 1º de janeiro de 2024	620	-	(956)	(16.558)	-	-	(16.894)
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	(845)	-	-	-	-	-	(845)
Reversão	220	-	-	-	-	-	220
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(5)	-	(956)	(16.558)	-	-	(17.519)
Valor residual							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	556	26.800	1	55.959	-	-	83.316
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.069	26.888	1	51.090	-	-	79.048
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.935	20.166	1	51.090	232	-	74.424

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

11. Ativo de direito de uso e obrigações de arrendamento

Política Contábil

Os direitos de uso de ativos e passivos de arrendamentos correspondem a contratos de arrendamentos de terras, galpões, máquinas, equipamentos e edifícios, superiores a 12 meses, de valor substancial e uso exclusivo. O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido, considerando a taxa incremental de financiamento. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado dos exercícios e registrado na linha competente à sua natureza, assim como as despesas de juros, correspondentes à amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “resultado financeiro”.

O principal efeito decorre do reconhecimento do contrato de alugue referente ao terreno e galpão industrial onde se encontra instalada a fábrica que produz a fibra sintética de polipropileno, localizada em Manaus-AM. O referido contrato de aluguel vencerá em março de 2027.

Para o cálculo do valor presente foi utilizada a taxa de desconto de 15% a.a., correspondente ao custo médio ponderado para o financiamento de ativos desta categoria, haja vista que a Companhia possui o direito de controlar o ativo por um longo período em troca de contraprestação.

	Consolidado	
	Edifícios	Total
Ativo		
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2023	15.920	15.920
Adições	1.618	1.618
Depreciação	(1.469)	(1.469)
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2023	16.069	16.069
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2024	16.069	16.069
Reversão	1.651	1.651
Depreciação	(1.697)	(1.697)
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2024	16.023	16.023
Passivo		
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2023	(15.947)	(15.947)
Reversão	(1.618)	(1.618)
Pagamento	3.456	3.456

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado	
	Edifícios	Total
Correção	(2.125)	(2.125)
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2023	(16.234)	(16.234)
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2024	(16.234)	(16.234)
Reversão	(1.638)	(1.638)
Pagamento	3.603	3.603
Correção	(2.256)	(2.256)
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2024	(16.525)	(16.525)
Circulante	(3.607)	(3.607)
Não Circulante	(12.918)	(12.918)
Resultado		
Depreciação	1.469	1.469
Juros	2.125	2.125
Total das despesas apropriadas no resultado de 31 de dezembro de 2023	3.594	3.594
Depreciação	1.697	1.697
Juros	2.256	2.256
Total das despesas apropriadas no resultado de 31 de dezembro de 2024	3.953	3.953

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Mercado interno	26.923	23.957	76.184	70.300
Mercado externo	1.943	1.589	6.357	588
Mercado interno recuperação Judicial (i)	1.955	2.904	3.512	4.487
Mercado externo recuperação Judicial (i)	-	-	775	606
	30.821	28.450	86.828	75.981

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do Plano de Recuperação Judicial, conforme divulgado na nota explicativa 1.1, totalizavam R\$ 1.955 na controladora, sendo, R\$ 1.318 relativo a Classe III e R\$ 637 na Classe IV. No consolidado R\$ 4.287, sendo R\$ 3.370 na Classe III e R\$ 917 na Classe IV.

13. Empréstimos e financiamentos

Política contábil

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (“pro rata temporis”), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Composição dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda Nacional						
Para capital de giro e investimentos (FINAME) (iv)	12.576	16.532	29.108	9.528	23.747	33.275
Total moeda nacional	12.576	16.532	29.108	9.528	23.747	33.275
	Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda Nacional						
Para aquisição de máquinas equipamentos e serviços (i) e (ii)	3.910	21.676	25.586	3.910	25.613	29.523
Para capital de giro ACE (desconto de recebível) (iii)	45.553	-	45.553	68.165	-	68.165
Para aquisição de veículos (CCE) (v)	7.124	18.886	26.010	1.143	10.191	11.334
Para capital de giro e investimentos (FINAME) (iv)	12.576	16.532	29.108	9.528	23.747	33.275
Total moeda nacional	69.163	57.094	126.257	82.746	59.551	142.297

- (i) A dívida bruta no valor de R\$ 25.586 apresentado no consolidado refere-se ao Banco da Amazônia, que compõe o saldo da Classe II do Plano de Recuperação Judicial, com encargos financeiros de 8,24% a.a. e bônus de adimplência de 15% sobre a taxa para pagamentos realizados até a data de vencimento, ou seja, 7% a.a. O saldo remanescente será pago em 78 parcelas e será liquidado no ano de 2031.
- (ii) As taxas foram repactuadas no Plano de Recuperação Judicial.
- (iii) Referem-se a antecipação de recebíveis em moeda estrangeira ACE - Adiantamento Sobre Cambiais Entregue para fazer frente aos projetos estratégicos e de capital de giro da Companhia, à uma taxa média de juros ponderada de 7,54% a.a.
- (iv) A dívida no valor de R\$ 29.108 apresentado na controladora refere-se ao FINAME realizado junto ao Banco Daycoval para fazer frente ao capital de giro da Companhia. A dívida contratada possui encargos financeiros, sendo: Selic + SPREAD bancário de 4,80% a.a. com carência de 12 meses do principal havendo apenas amortização de juros trimestrais no período. O saldo remanescente será pago em 48 meses.
- (v) A dívida no valor de R\$ 26.010 apresentado no consolidado refere-se a linha de crédito CCE realizado junto aos bancos Sofisa e Fibra para aquisição de frota de caminhonetes e caminhões para a controlada Sama. A dívida contratada possui encargos financeiros, sendo: CDI + SPREAD bancário de 4,907% a.a. e CDI + SPREAD bancário de 5,2825% a.a., respectivamente, com carência de 6 meses do principal havendo apenas amortização de juros mensais no período.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

O Grupo não possui contratos de empréstimos sujeitos a cláusulas restritivas financeiras (“covenants”).

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2023	33.275	142.297
Captação	-	371.785
Amortização (i)	(8.853)	(399.923)
Juros e encargos	4.686	9.972
Variação cambial ACE	-	2.126
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	<u>29.108</u>	<u>126.257</u>

(i) Contempla amortização do principal e juros.

Composição por vencimento:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Vencimentos		
2025	7.762	64.227
2026	7.762	19.619
2027	7.762	19.619
2028	5.822	12.950
2029 a 2033	-	9.842
	<u>29.108</u>	<u>126.257</u>

14. Obrigações com pessoal

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Férias	9.127	8.810	15.440	14.067
Participação nos lucros e resultados	1.611	3.724	2.911	5.870
Bônus (ii)	2.656	7.095	2.656	9.438
Fundo de garantia do tempo de serviço - FGTS	796	611	1.858	1.184
Instituto nacional do seguro social - INSS (i)	5.055	5.038	8.192	6.877
Outros	181	281	143	346
	<u>19.426</u>	<u>25.559</u>	<u>31.200</u>	<u>37.782</u>
Circulante	16.131	19.878	27.688	31.852
Não circulante	3.295	5.681	3.512	5.930

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (i) Do montante total registrado na rubrica, R\$ 3.015 na controladora, sendo R\$ 519 no passivo circulante e R\$ 2.496 no passivo não circulante e no consolidado R\$ 3.276, sendo R\$ 553 no passivo circulante e R\$ 2.722 no passivo não circulante referem-se ao saldo a pagar junto ao INSS. Os débitos foram reparcelados em 60 parcelas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conformidade com a Lei nº 11.101/2005 com liquidação final prevista para 2025.
- (ii) Referem-se ao bônus de curto e longo prazo dos administradores e colaboradores.

15. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (i)	3.187	5.275	5.980	8.286
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.429	2.307	3.095	3.589
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	-	3.618	1.581
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-	1.321	651
Impostos sobre qualquer natureza - ISS	19	-	81	-
Programa de integração social - PIS	102	338	35	423
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	504	1.468	193	1.868
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	1.342	1.591	1.599	1.856
Instituto nacional do seguro social - INSS	55	-	153	-
Imposto sobre operações financeiras - IOF	-	-	17	36
Contribuição financeira de compensação de recursos minerais Fundo Estadual de Infraestrutura - FUNDEINFRA	-	-	1.005	379
Parcelamento de Tributos (ii)	13.505	2.502	14.381	15.855
Outros	97	51	394	108
	20.240	13.532	31.872	35.207
Circulante	8.375	11.126	19.928	20.730
Não Circulante	11.865	2.406	11.944	14.477

- (i) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais “Produzir” e “Desenvolve” na controladora.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- (ii) Em 31 de dezembro de 2024, saldo a pagar referente débitos tributários. Os débitos federais da Eternit e Tégula foram renegociados em conformidade com a Lei 14.112/20 com utilização parcial do Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL, em 84 parcelas, para Receita Federal do Brasil e Secretaria de Estado da Fazenda em conformidade com a Lei 11.101/2005 e disposições legais das unidades federativas, totalizando R\$ 458 no passivo circulante na controladora e R\$ 1.374 no passivo não circulante. No consolidado R\$ 1.920 no passivo circulante e R\$ 11.401 no passivo não circulante com liquidação prevista até 2030.

16. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento de clientes	8.735	5.676	16.199	8.369
Comissões mercado interno (i)	15.712	12.612	18.448	17.232
Comissões mercado externo (i)	-	-	1.224	1.452
Provisão para destinação resíduos (ii)	321	321	321	321
Provisão para garantia (iii)	702	531	5.926	1.031
Fretes a pagar	-	-	10.948	4.298
Outras contas a pagar (iv)	6.020	2.618	16.580	16.856
	31.490	21.758	69.646	49.559
Circulante	31.490	21.758	69.646	49.559

- (i) Comissões a pagar aos representantes comerciais relativas aos negócios de fibrocimento e exportação de crisotila;
- (ii) Provisão para a destinação de resíduos de telhas contendo crisotila em sua composição originados do processo de quebra ou devoluções;
- (iii) Contempla adição de R\$ 2.938 referente a provisão para descontinuidade da linha de produtos fotovoltaicos;
- (iv) Referem-se principalmente a provisão para serviços prestados, receitas a realizar e outros gastos com pessoal.

17. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Eternit possui diversos processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente e representa, a melhor estimativa provável de desembolso futuro da Eternit, com base nas informações disponíveis até a data de publicação destas informações contábeis:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Processos trabalhistas (i)	41.009	45.085	51.569	59.409
Processos cíveis	1.322	3.874	6.013	8.631
Processos tributários	586	757	606	777
	42.917	49.716	58.188	68.817

- (i) Implementada revisão na mensuração da provisão para contingências trabalhistas, reduzida com base no percentual observado no histórico dos acordos/êxitos dos últimos 20 anos frente ao valor provisionado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão apresentadas a seguir:

	Controladora			Total
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	
Saldos em 01 de janeiro de 2023	45.968	3.921	767	50.656
Adições	2.144	97	65	2.306
Reversões	(3.027)	(144)	(75)	(3.246)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.085	3.874	757	49.716
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.085	3.874	757	49.716
Adições	8.449	181	43	8.673
Reversões	(8.210)	(2.733)	(214)	(11.157)
Pagamentos	(4.315)	-	-	(4.315)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	41.009	1.322	586	42.917

	Consolidado			Total
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	
Saldos em 01 de janeiro de 2023	60.468	8.659	787	69.914
Adições	3.731	353	65	4.149
Reversões	(3.741)	(381)	(75)	(4.197)
Pagamentos	(1.049)	-	-	(1.049)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	59.409	8.631	777	68.817
Saldos em 31 de dezembro de 2023	59.409	8.631	777	68.817
Adições	12.754	525	43	13.322
Reversões	(14.632)	(3.143)	(214)	(17.989)
Pagamentos	(5.962)	-	-	(5.962)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	51.569	6.013	606	58.188

(i) Nas áreas cível e trabalhista, as principais provisões englobam:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- a) Ação Civil Pública consumerista ajuizada em 2008 pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Processo n.º 0192494-06.2008.8.19.0001), visando a proibição da comercialização e fabricação dos produtos que contenham amianto em sua composição no estado do Rio de Janeiro. Em 23 de janeiro de 2021, foram apresentados Recurso Especial e Extraordinário em face do acórdão, os quais foram inadmitidos em sede de juízo de admissibilidade. Em razão da referida decisão, foram interpostos Agravo em Recurso Especial e Extraordinário. Ao Agravo em Recurso Extraordinário foi negado provimento, razão pela qual foram opostos embargos de declaração que foram rejeitados. O Agravo em Recurso Especial foi autuado no STJ e aguarda julgamento. A Companhia com base na posição dos assessores jurídicos revisou a provisão pelo montante de R\$ 400, a título de danos morais coletivos. Paralelamente, as partes vêm mantendo tratativas, com vistas a um desfecho consensual para a demanda;
- b) Ação Civil Pública ambiental ajuizada em 2009 pelo Ministério Público Estadual e Federal do Estado da Bahia (Processo n.º 0000238-12.2009.4.01.3307), em virtude de supostos danos ambientais ocorridos em Bom Jesus da Serra e região, especificamente decorrentes da exploração de amianto na Fazenda São Félix do Amianto. A ação foi julgada parcialmente procedente com a condenação em R\$ 31.423, a título de dano moral coletivo entre outros. Foi apresentado recurso perante o Tribunal Regional Federal, acolhido parcialmente, para a retirada de algumas obrigações acessórias, mantendo a condenação de dano moral coletivo. Contra tal decisão foram apresentados Recursos Especial e Extraordinário, ainda pendentes de julgamento. A Companhia reconheceu a provisão pelo montante de R\$ 4.566, a título de danos morais coletivos;
- c) Ações de Indenização que incluem dano moral e material e Reclamações Trabalhistas propostas por ex-colaboradores que têm por objeto pedidos de: (i) hora extra; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iv) verbas rescisórias; entre outras;
- d) Ação Civil Pública ajuizada em 2013, perante a Vara do Trabalho de São Paulo, pelo Ministério Público do Trabalho, contra a Companhia (Processo n.º 0002106-72.2013.5.02.0009), que discute assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional da antiga unidade industrial localizada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, cujas atividades foram encerradas no início dos anos 90. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência outra Ação Civil Pública ajuizada pela ABREA, também na Vara do Trabalho (Processo 002715-55.2013.5.02.0009), razão pela qual houve, por determinação judicial, a união das duas ações. Os pedidos visam o pagamento de indenização por dano moral coletivo, danos individuais, entre outros. Em 1º de março de 2016, as duas ações foram julgadas parcialmente procedentes em 1ª instância, cuja decisão foi objeto de recurso pela Companhia, tendo o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região reformado em parte a referida decisão para (i) excluir as seguintes condenações: indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 100.000; indenização por danos morais no valor de R\$ 50 em favor de cada ex-colaborador não diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto; toda e qualquer discussão acerca de familiares de ex-colaboradores; (ii) reduzir as seguintes condenações: danos morais e danos existenciais fixados em favor de cada ex-colaborador já diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto para R\$ 100 e R\$ 50, respectivamente; danos morais fixados em favor do espólio de cada ex-colaborador falecido após o ajuizamento das ações para R\$ 100; e (iii) manter a obrigação de fornecer assistência médica integral para os ex-colaboradores diagnosticados com doenças relacionadas ao amianto. Contra esta decisão, foi apresentado Recurso ao TST, cujo seguimento foi negado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- e) A Companhia interpôs agravo de instrumento, que pende de julgamento do TST para exame. Pelos assessores jurídicos do Grupo, parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável e, como resultado, a Administração do Grupo reconheceu provisão para riscos no montante de R\$ 21.110. Paralelamente, as partes vêm mantendo tratativas, com vistas a um desfecho consensual para a demanda;
- f) Ação Civil Pública ajuizada em 2014, perante a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, pelo Ministério Público do Trabalho, contra a Companhia (Processo n.º 0011104-96.2014.5.01.0049), que discute assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivos no valor de R\$ 1 bilhão. O Grupo apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região condenado a Eternit no valor de R\$ 50.000 a título de dano moral coletivo, entre outros. A Companhia apresentou recurso contra a decisão perante o TST, que foi admitido em parte e, nesta parte, atribuído efeito suspensivo. Desta decisão, na parte inadmitida, a Companhia interpôs agravo de instrumento perante o TST, cujo recurso está pendente de julgamento. Parte da decisão foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos do Grupo e constituída provisão no montante de R\$ 800. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA, outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho (Processo n.º 0011169-91.2014.5.01.0049), tendo sido julgada parcialmente procedente. Ambas as partes apresentaram recurso ordinário. Em dezembro de 2021, foi negado provimento ao Recurso Ordinário interposto pela Eternit para condená-la ao custeio das despesas de deslocamento de ex-trabalhadores para a cidade do Rio de Janeiro, comprovadamente necessários ao acesso à integral assistência à saúde, qualquer que seja o domicílio dos beneficiários. Ambas as partes opuseram Embargos de Declaração que aguardam julgamento. Parte desta decisão foi considerada como provável no que diz respeito à obrigação de custear assistência médica a quem demonstrar portar doença relacionada ao amianto e possível o risco da condenação à obrigação de custear assistência médica a todos os ex-empregados independentemente de prova de doença relativa ao amianto. Paralelamente, as partes vêm mantendo tratativas, com vistas a um desfecho consensual para a demanda;
- g) Ação Civil Pública ajuizada em 2021, perante o Posto Avançado de Porangatu/GO, pelo Ministério Público do Trabalho, contra a Companhia (Processo n.º 0010606-45.2020.5.18.0201) que discute assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional. Foi proferida sentença que deferiu a tutela antecipada e condenou Sama e Eternit nas seguintes obrigações de fazer, sob pena de multa de R\$ 5.000,00 por cada trabalhador envolvido a: (a) manter disponível a realização periódica de exames médicos de controle para os ex-empregados, pelo prazo de 30 anos; (b) ampliar rol de exames médicos de controle de todos os ex-empregados e empregados; (c) custear as despesas com assistência integral à saúde dos ex-empregados com agravos à saúde passíveis de associação à exposição ocupacional ao asbesto, facultada, a inscrição dos referidos ex-empregados em um plano de saúde; (d) divulgar a convocação para a realização periódica de exames médicos e (e) custear as despesas de deslocamento e de hospedagem de todos os ex-empregados, que comprovadamente residirem em domicílio distante a mais de 100 km do local de realização periódica de exames médicos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Em abril de 2022 foi prolatado acórdão que deu parcial provimento ao recurso ordinário de Sama e Eternit para: (i) reduzir o número de outdoors de divulgação, de 5 para 2 permanentes e (ii) reduzir para 2 veículos de redes sociais ou sites de busca para publicações em mídia digital. Sama e Eternit interpuseram recurso de revista e, em junho de 2022, o recurso foi recebido com efeito suspensivo. Em julho de 2022, Sama e Eternit apresentaram agravo de instrumento. Em agosto de 2022, os autos foram encaminhados ao Tribunal Superior do Trabalho para julgamento. Parte da decisão foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos do Grupo, porém, não há condenação em valor pecuniário, apenas em obrigação de fazer. Como a empresa está cumprindo as determinações, também não há valores a serem provisionados a título de multa. Paralelamente, as partes vêm mantendo tratativas, com vistas a um desfecho consensual para a demanda.

(ii) Na área tributária as principais provisões englobam:

- a) Cobrança de IPI na aquisição de produtos isentos, e insumos sujeitos à alíquota zero;
- b) Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS.

(iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível:

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía contingências passivas de naturezas trabalhista, cível e tributária, cujo risco de perda foi considerado como possível pelos seus consultores jurídicos, com valores mensurados confiavelmente no montante consolidado de R\$ 298.973.303,30. Portanto, não foi registrada nenhuma provisão para esses processos. Com base nas informações prestadas por seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia revisou seus controles, no intuito de aprimorar a avaliação do prognóstico de risco das causas.

As principais contingências cuja probabilidade de perda foi considerada como possível pelos consultores jurídicos são:

- a) Ação Civil Pública ajuizada em 2009 pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia (Processo n.º 0000980-37.2009.4.01.3307), que visa impor ao Grupo a responsabilidade por supostos danos causados à saúde da população, a qual foi julgada parcialmente procedente, com a condenação da Companhia, a título de dano moral coletivo no montante de R\$ 500.000 e de dano moral individual de R\$ 150, dentre outras obrigações. O Grupo apresentou recurso contra a decisão de primeira instância, que se encontra pendente de julgamento. A Administração do Grupo reconheceu como possível perda o montante de R\$ 8.700;
- b) Ação Civil Pública ajuizada em 2017, perante a Vara do Trabalho da Bahia, pelo Ministério Público do Trabalho, contra a Companhia (Processo n.º 0000866-37.2017.5.05.0102), que discute assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de dano moral coletivo no valor de R\$ 225.000. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA, outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho (Processo n.º 0000072-79.2018.5.05.0102). Os processos encontram-se em fase de instrução, aguardando prolação de sentença. Paralelamente, as partes vêm mantendo tratativas, com vistas a um desfecho consensual para a demanda;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- c) Ação Civil Pública ajuizada em 2021, perante a Justiça Federal em Goiás, pelo Ministério Público Federal (Processo n.º 1002022-72.2021.4.01.3505), em face da Eternit, Sama e outros, visando discutir a inconstitucionalidade da Lei Estadual que permite a exploração minerária do amianto crisotila e busca a tutela jurisdicional para cancelamento dos direitos de lavra da Mina de Cana Brava detidos pela SAMA. Foi deferida parcialmente a liminar requerida pelo MPF, para que a Sama suspendesse as atividades de extração, exploração, beneficiamento, comercialização, transporte e exportação de amianto crisotila, bem como para que fossem suspensos os efeitos das autorizações do DNPM (ANM), para pesquisa, lavra e beneficiamento de amianto, concedidos à SAMA, Eternit ou outras subsidiárias detentoras de tal título. Eternit e SAMA interpuseram agravo ao TRF1, que pende de julgamento. Também em face da tal decisão, o Município de Minaçu ajuizou pedido de Suspensão de Liminar, o qual foi deferido para sustar os efeitos da mencionada liminar (até o trânsito em julgado da decisão de mérito da ação principal), autorizando a SAMA a retomar as suas atividades na mina. O MPF interpôs agravo interno, o qual foi acolhido pelo STJ para declarar a competência do STF para discutir a matéria. Paralelamente, também foi formulado pedido ao STF no sentido de que a ação contraria a decisão da Corte proferida na ADI 6200, tendo sido concedida, portanto, liminar para cassar a tutela de 1º grau;
- d) Ação de Execução de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), ajuizada em 2017, perante a Vara do Trabalho de Simões Filho, na Bahia, pelo Ministério Público do Trabalho, contra a Companhia (Processo n.º 0000883-76.2017.5.05.0101) visando a condenação da Eternit ao pagamento de R\$ 42.635.000,00, por supostamente descumprir a obrigação imposta no TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) de emissão de CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho). A ação foi extinta, em 1º grau, por reconhecimento de prescrição. O TRT5 deu parcial provimento ao agravo de petição do MPT para impor a condenação da empresa ao pagamento de R\$9.250. A Companhia opôs embargos de declaração contra o acórdão do TRT5.

18. Patrimônio líquido

(i) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado era de R\$ 438.082 (R\$ 438.082 em dezembro de 2023) e estava representado por 61.721.520 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, distribuído como demonstrado a seguir:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Composição acionária				
Pessoas físicas	23.321	37.414.625	23.547	29.784.316
Pessoas jurídicas	116	821.041	119	1.097.727
Pessoas residentes no exterior	35	1.871.661	45	2.847.316
Clubes, fundos e fundações	40	21.542.793	65	27.992.161
	23.512	61.650.120	23.776	61.721.520
Ações em tesouraria	1	126.455	1	55.055

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

31/12/2024		31/12/2023	
Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
23.513	61.776.575	23.777	61.776.575

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$ 1.000.000 (um bilhão de Reais), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão de ações e as demais condições das respectivas subscrições e integralizações.

(ii) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2024, o valor de mercado das 126.455 mil ações em tesouraria era de R\$ 642 (R\$ 469 em 31 de dezembro de 2023 referente a 55.055 mil ações).

(iii) Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro do exercício aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação:

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Lucro do exercício atribuível aos controladores	38.771	127.181
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzida da média das ações ordinárias em tesouraria	61.650	61.722
Lucro básico e diluído por ação (R\$)	0,6288	2,0606

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

(iv) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2024, representam:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre capital próprio	3.026	14.724	3.026	14.724
Dividendos	2.379	10.121	2.379	10.157
	<u>5.405</u>	<u>24.845</u>	<u>5.405</u>	<u>24.881</u>

(v) Subvenção para investimentos

Em 31 de dezembro de 2024, foram registrados o montante de R\$ 7.933 referente incentivos fiscais, sendo R\$ 5.072 que corresponde ao Desenvolve - Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia e R\$ 2.861 referente ao incentivo de 75% de redução de IRPJ correspondente ao lucro na exploração de Manaus (R\$ 4.388 em 31 de dezembro de 2023).

(vi) Destinação do resultado do exercício

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	38.771	127.181
Constituição de Reservas:		
Legal	(1.939)	(6.359)
Estatutária	(1.939)	(6.359)
Subvenção de Investimento	(7.933)	(4.388)
Retenção de lucros	(19.212)	(79.269)
Lucro disponível	<u>7.748</u>	<u>30.806</u>
Juros sobre o capital próprio propostos e pagos	(5.476)	(20.735)
Dividendos obrigatórios proposto	(2.272)	(10.071)
Total	<u>(7.748)</u>	<u>(30.806)</u>
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	7.225	29.108

a. Reserva Legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

b. Reserva estatutária de manutenção de capital de Giro

Nos termos do artigo 32 do Estatuto Social da Companhia do saldo do lucro líquido do exercício, após as deduções da reserva legal e do dividendo obrigatório, 5% do lucro líquido do exercício, serão destinados para a

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

formação da reserva estatutária, cujo valor não poderá ultrapassar 10% do valor do capital social. Esta reserva tem por finalidade assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais da Companhia.

c. Retenção de lucros

Conforme previsto no artigo 30 (iv) do Estatuto Social da Companhia foi efetuada a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em retenção de lucros, conforme art. 196 da Lei 6.404/76, que se destina a atender o orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral de Acionistas.

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

Política contábil

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, em função da exclusão de receitas ou adição de despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente nas empresas do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos no final de cada exercício, sobre as diferenças entre as bases contábil e fiscal dos ativos e passivos incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que o Grupo apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base na taxa de imposto esperada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas que foram promulgadas por lei tributária na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

A Companhia reconhece também os impostos e contribuições diferidos ativos sobre os saldos recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. A recuperabilidade dos impostos e contribuições diferidos é analisada periodicamente

(i) A conciliação das taxas efetiva e nominal de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do impostos de Renda e Contribuição Social	10.435	45.850	17.088	62.961
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda e de contribuição social, às alíquotas nominais	(3.548)	(15.589)	(5.810)	(21.407)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	13.460	13.392	-	-
Juros sobre capital próprio	1.862	7.050	1.862	7.050
Incentivo Fiscal (i)	-	-	3.372	4.341
Provisão para bônus e honorários da diretoria	(358)	(1.754)	438	(2.551)
Constituição de diferidos s/Contingência trabalhistas exerc anteriores	15.005	-	19.811	-
Constituição / compensação de prejuízo fiscal e base negativa	-	70.291	-	70.291
Reversão Incentivo (Desenvolve - BA e Produzir - GO)	-	1.492	-	1.492
Impairment	-	-	2.876	1.585
Efeito das diferenças temporárias não reconhecidas como impostos diferidos	-	1.418	3.559	3.811
Prejuízo fiscal e base fiscal sem a constituição do IR e CS diferidos	-	-	(10.062)	(7.701)
Outras (adições) exclusões, líquidas	1.963	5.030	5.186	7.348
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício	28.384	81.330	21.232	64.259
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(22.105)	(28.440)
‘Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.384	81.330	43.337	92.699

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
(i) Incentivos fiscais relacionados a subvenções governamentais nas filiais da Bahia e Goiás;	28.384	81.330	21.232	64.259

(ii) Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social	80.008	72.096	132.574	217.296
Compensação da Base negativa CSLL parc. REFIS Lei n.º 1052	-	(1.806)	-	(2.603)
Benefícios pós emprego	1.255	11.287	2.700	23.135
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14.592	16.903	19.426	23.379
Lucros não realizados nos estoques	-	-	375	633
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	843	1.402	3.839	4.381
Provisão para participação nos lucros e resultados	548	2.690	990	2.959
Mercadorias não embarcadas	-	-	5.328	7.539
Perda por redução ao valor recuperável - teste de <i>impairment</i>	3.790	1.877	3.790	8.308
Provisão Perda de Estoques	2.447	1.832	3.876	5.032
Provisão Perda Remonte Mina	-	-	-	3.997
Mais Valia Confibra	-	-	(18.734)	(21.913)
Outras provisões	4.426	2.788	(999)	5.222
Efeito das diferenças temp. não reconhecidas como impostos diferidos	-	(29.544)	-	(67.824)
Efeito do prejuízo fiscal e base neg. não reconhecido como imposto diferido	-	-	(43.323)	(142.979)
Total	107.909	79.525	109.842	66.562

(*) Vide Notas Explicativas nºs 11 e 12.

No exercício findo em 31 de dezembro 2024, a Companhia não constituiu impostos diferidos para o prejuízo fiscal e para base negativa nos montantes de R\$ 352.408 do saldo consolidado de prejuízo fiscal (R\$ 362.457 em 31 de dezembro 2023) e R\$ 352.633 da base negativa de contribuição social (R\$ 362.682 em 31 de dezembro 2023), referente as controladas Tégula S.A. e CSC.

A Companhia avaliou com especialista externo as projeções de expectativas de realização dos saldos de ativos diferidos, no qual resultou uma

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

expectativa de utilização em 10 anos a contar a partir de 2026.

20. Receita líquida

Política contábil

A receita é mensurada quando, ou à medida que, uma obrigação de desempenho (última etapa para reconhecimento da receita) for atendida, reconhecendo o seu preço de transação deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita na venda de produtos é reconhecida quando os critérios estabelecidos em contrato são atendidos, conforme o seguinte procedimento:

- Identificar o contrato com o cliente;
- Identificar obrigações de desempenho definidas em contrato;
- Determinar o preço da transação;
- Alocar o preço da transação e as obrigações de desempenho definidas em contrato;
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende as obrigações de desempenho definidas em contrato.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de venda de produtos e mercadorias	752.511	825.621	1.407.858	1.373.599
Descontos e abatimentos incondicionais	(4.096)	(2.907)	(5.306)	(4.885)
Impostos incidentes sobre as Vendas (i)	(168.784)	(185.036)	(240.800)	(239.501)
	579.631	637.678	1.161.752	1.129.213

(i) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 28.

21. Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023 (i) Reclassificados
Custos dos produtos e mercadorias vendidos, e dos serviços prestados	(515.561)	(520.514)	(913.939)	(838.412)
Despesas com vendas	(51.872)	(51.078)	(115.765)	(115.423)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023 (i)
				Reclassificados
Despesas Gerais e administrativas	(32.830)	(37.795)	(86.355)	(83.119)
Remuneração da administração	(7.718)	(11.022)	(10.404)	(13.644)
	(607.981)	(620.409)	(1.126.463)	(1.050.598)
Matéria-prima consumida	(350.364)	(370.648)	(501.139)	(478.352)
Despesas com pessoal e encargos	(114.704)	(118.052)	(230.723)	(218.861)
Materiais, energia elétrica e serviços	(46.256)	(49.253)	(133.059)	(123.271)
Serviços de terceiros	(24.958)	(15.757)	(85.708)	(70.133)
Depreciação e amortização	(22.108)	(16.783)	(43.711)	(29.582)
Comissões sobre vendas	(13.911)	(14.860)	(23.335)	(24.892)
Despesas de vendas variáveis	-	-	(18.349)	(17.816)
Aluguel de bens móveis	(11.142)	(9.774)	(43.237)	(37.829)
Gastos de paradas	100	(1)	(270)	609
Despesas com viagens	(6.102)	(5.539)	(8.819)	(8.872)
Despesas com material e serviços de informática	(3.996)	(3.983)	(9.268)	(8.303)
Propaganda e publicidade	(2.456)	(2.078)	(2.880)	(2.447)
Contribuição para entidades de classe	(104)	(121)	(361)	(339)
Impostos e taxas	(2.245)	(2.943)	(3.987)	(4.532)
Perda em créditos de liquidação duvidosa	(1.407)	(3.222)	(1.785)	(11.962)
Perda para redução ao valor realizável líquido dos estoques	(1.825)	(874)	(2.696)	(4.656)
Substituição de produto avariado	(318)	(614)	(378)	(718)
Garantia de qualidade	(4.551)	(4.421)	(9.462)	(6.537)
Outras	(1.634)	(1.486)	(7.296)	(2.105)
	(607.981)	(620.409)	(1.126.463)	(1.050.598)

(i) Readequação da abertura de 2023 para permitir a comparabilidade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

22. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outras receitas operacionais				
Venda de bens do imobilizado (i)	20.500	365	20.500	365
Aluguéis	-	-	702	583
Recuperação de Tributos	1.231	351	2.749	2.598
Benefício ICMS crédito estímulo (ii)	-	-	15.396	12.223
Outras (iii)	881	9.434	4.971	11.823
	22.612	10.150	44.318	27.592
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e Trabalhistas (iv)	1.532	990	3.207	98
Provisão para benefício pós-emprego	(2.400)	(3.162)	(6.020)	(6.412)
Recuperação Ambiental	-	-	-	(82)
Impostos e taxas	(593)	(85)	(1.635)	(210)
Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis	(1.996)	(2.856)	(2.630)	(4.158)
Custo da baixa de imobilizado e intangível	(602)	(315)	(862)	(968)
Contribuições sobre incentivos fiscais	(1.366)	(979)	(2.866)	(2.134)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão de descontinuidade (v)	(5.627)	-	(22.738)	-
Amortização PPA (vi)	-	-	(7.502)	(8.070)
Outras	(3.433)	(6.123)	(1.755)	(9.375)
	(14.485)	(12.530)	(42.801)	(31.311)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	8.127	(2.380)	1.517	(3.719)

- (i) Alienação do terreno de Goiânia;
- (ii) Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais na controlada Eternit da Amazônia;
- (iii) Venda de créditos compulsórios da Eletrobrás em 2023;
- (iv) Implementada revisão na mensuração da provisão para contingências trabalhistas, reduzida com base no percentual observado no histórico dos acordos/êxitos dos últimos 20 anos frente ao valor provisionado.
- (v) Refere-se principalmente a provisão de descontinuidade da linha fotovoltaica, vide nota explicativa no. 33;
- (vi) Amortização bruta de mais valia (PPA) relativo à aquisição da Confibra.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

23. Resultado financeiro

Política contábil

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos (i)	(4.685)	(5.593)	(8.545)	(10.417)
Juros sobre mútuo	(1.921)	(3.070)	-	-
Juros passivos (ii)	(1.468)	(2.797)	(9.402)	(4.262)
Despesas bancárias	(1.543)	(2.132)	(2.904)	(3.957)
Descontos concedidos	(1)	(136)	56	(1.482)
IOF	(283)	(374)	(394)	(460)
Outras	(2.143)	(345)	(5.375)	(2.908)
	(12.044)	(14.447)	(26.564)	(23.486)
Receitas financeiras				
Rendimento aplicações financeiras				
- incluindo certificado de depósitos bancários	-	-	747	4.456
Descontos obtidos	3	62	30	103
Juros ativos	900	1.128	1.308	1.380
Variações monetárias ativas (iii)	1.110	4.320	3.274	5.763
Líquido de variações cambiais (iv)	(131)	510	626	(212)
Outras	1.231	-	1.418	62
	3.113	6.020	7.403	11.552
Resultado líquido financeiro	(8.931)	(8.427)	(19.161)	(11.934)

- (i) Juros decorrentes da contratação de empréstimos.
- (ii) Juros referentes à dívida concursal e parcelamentos de tributos.
- (iii) As variações monetárias ativas são referentes a correção (SELIC) dos depósitos judiciais e saldo negativo de IRPJ e CSLL.
- (iv) Variação cambial sobre recebíveis e fornecedores em moeda estrangeira.

24. Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os seguintes segmentos operacionais: Fibrocimento, contemplando sistemas construtivos e a fibra de polipropileno, Crisotila, Telhas de Concreto e Outros. As informações apresentadas na coluna “Outros” se referem a gastos e receitas não diretamente atribuíveis a esses segmentos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Descrição	Controladora e Consolidado	
	Área geográfica	
Fibrocimento	Mercado interno	
Crisotila	Mercado externo	
Telhas de concreto	Mercado interno	
Outros	Mercado interno	

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023, estão apresentadas a seguir:

	31/12/2024					Total consolidado
	Fibrocimento (i)	Crisotila (ii)	Telhas de Concreto (iii)	Outros (iv)	Eliminações	
Receitas líquidas DRE						
Mercado Interno	758.288	-	17.880	824	-	776.992
Mercado Externo	-	384.760	-	-	-	384.760
	758.288	384.760	17.880	824	-	1.161.752
Custo dos produtos vendidos	(668.251)	(216.376)	(15.073)	(14.239)	-	(913.939)
Lucro Bruto	90.037	168.384	2.807	(13.415)	-	247.813
Receitas operacionais (despesa)	(111.579)	(82.712)	4.947	(21.663)	-	(211.007)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(21.542)	85.672	7.754	(35.078)	-	36.806
Vendas de produtos						
Venda para terceiros (em toneladas)	657.229	166.890	-	-	-	824.119
Venda de produtos - Venda para terceiros (em mil peças)	-	-	6.096	-	-	6.096
Investimento no exercício	43.121	31.182	579	-	-	74.882
Depreciação e Amortização	(49.390)	-	(619)	(1.204)	-	(51.213)
Ativo total	1.560.771	357.611	24.328	138.116	(796.827)	1.283.999
Passivo total	557.394	250.670	90.536	139.981	(559.958)	478.623
Patrimônio líquido	1.003.377	106.941	(66.208)	(1.865)	(236.869)	805.376

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	31/12/2023					Total consolidado
	Fibrocimento (i)	Crisotila (ii)	Telhas de Concreto (iii)	Outros (iv)	Eliminações	
Receitas líquidas DRE						
Mercado Interno	743.462	-	18.768	2.737	-	764.967
Mercado Externo	-	364.246	-	-	-	364.246
	743.462	364.246	18.768	2.737	-	1.129.213
Custo dos produtos vendidos	(604.339)	(209.028)	(15.246)	(9.799)	-	(838.412)
Lucro Bruto	139.123	155.218	3.522	(7.062)	-	290.801
Receitas (despesas) operacionais	(122.555)	(82.710)	(6.081)	(4.559)	-	(215.905)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	16.568	72.508	(2.559)	(11.621)	-	74.896
Vendas de produtos						
Venda para terceiros (em toneladas)	637.772	188.813	-	-	-	826.585
Venda de produtos - Venda para terceiros (em mil peças)	-	-	6.041	-	-	6.041
Investimento no exercício	37.938	22.777	2.977	138.065	-	201.757
Depreciação e Amortização	(36.722)	-	(638)	(292)	-	(37.652)
Ativo total	1.547.581	343.186	43.498	368.303	(989.239)	1.313.329
Passivo total	660.367	235.737	81.603	302.197	(737.971)	541.933
Patrimônio líquido	887.214	107.449	(38.105)	66.106	(251.268)	771.396

- (i) Contemplam telhas de fibrocimento, inclusive Confibra, fibra de polipropileno e sistemas construtivos.
- (ii) Operação para fins exclusivo de exportação do crisotila, amparada na vigência da Lei do estado de Goiás nº 20.514 e regulamentada pelo Decreto nº 9.518;
- (iii) Contempla telha de concreto produzida pela controlada Tégula;
- (iv) Decorrente de receitas eventuais de aluguel da controlada Prel Empreendimentos, de estoques remanescentes da operação descontinuada de louças e metais e das vendas das telhas solares.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

25. Cobertura de seguros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia mantém coberturas para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam levar a prejuízos significativos ao patrimônio e/ou resultados do Grupo, incluindo os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2024, os seguros contratados pela Eternit, sob orientação de seus consultores, contra eventuais riscos, estão relacionados a seguir. Esses seguros possuem vencimento médio em agosto de 2025, renovados a partir de julho de 2024.

<u>Modalidade</u>	<u>Bens cobertos</u>	<u>Valor da cobertura</u>
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral, importações, lucros cessantes e D&O.	Edifícios, instalações e equipamentos	R\$ 360.635
Veículos	Veículos	100% Tabela FIPE

26. Instrumentos financeiros

Política contábil

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)**

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação de ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Apesar do disposto acima, o Grupo pode fazer a opção/designação irrevogável a seguir no reconhecimento inicial de um ativo financeiro:

- O Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar variações subsequentes no valor justo de um investimento em instrumentos patrimoniais em outros resultados abrangentes se determinados critérios forem cumpridos (ver item (ii) a seguir);

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

- O Grupo pode designar irrevogavelmente um investimento em instrumentos da dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como mensurado ao valor justo por meio do resultado se ao fazer isso o Grupo eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

i. Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, o Grupo reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro.

**RELATÓRIO ANUAL
DO COMITÊ DE AUDITORIA
NÃO ESTATUTÁRIO
2024**

ÍNDICE

2. COMPOSIÇÃO	3
3. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES	4
4. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS ASSUNTOS DISCUTIDOS EM 2024	5
5. AVALIAÇÕES DE RISCOS E MONITORAMENTO DAS EXPOSIÇÕES.....	9
6. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	10
7. AUDITORIA INTERNA E CANAL DE DENÚNCIA.....	10
8. POLÍTICAS CRIADAS/APRIMORADAS	10
9. AUDITORIA EXTERNA.....	10
10. REPORTE AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	11
11. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO COMITÊ	11
12. PLANEJAMENTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025	11

1. SOBRE O COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO

O presente Comitê de Auditoria Não Estatutário (“Comitê”) da Eternit S.A (B3: “ETER3”, “Eternit” ou “Companhia”), é um órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração (“Conselho”), não estatutário, com autonomia operacional e orçamento próprio e tem o seu funcionamento disciplinado pelas disposições contidas no próprio Regimento Interno do Comitê (“Regimento”) e do Estatuto Social da Companhia (“Estatuto”).

Seu Regimento foi objeto de deliberação pelo Conselho da Eternit em reunião realizada em 08 de novembro de 2022 e está disponível no website de Relações com Investidores da Eternit (ri.eternit.com.br), bem como no sistema eletrônico na página da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na rede mundial de computadores.

O Comitê tem por objetivo exercer funções consultivas junto ao Conselho de Administração no que diz respeito ao cumprimento de suas responsabilidades de supervisão pelo monitoramento da integridade dos processos das Demonstrações Financeiras e sistemas de controles internos da Companhia, revisando e avaliando a independência e o desempenho dos auditores independentes, bem como dos auditores internos da Companhia. O Comitê também deverá revisar as áreas de riscos significativos à Companhia, bem como monitorar o cumprimento dos requerimentos legais e regulatórios;

2. COMPOSIÇÃO

De acordo com o artigo 2º do Regimento, o Comitê será formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros eleitos pelo Conselho de Administração, para um mandato unificado de 2 anos, sendo permitida reeleição, sendo que: (i) ao menos 1 (um) dos seus membros deverá ser conselheiro independente, conforme critérios de independência estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 (“Regulamento”); (ii) ao menos 2 (dois) membros devem ser conselheiros independentes eleitos por seus pares; e (iii) ao menos 1 (um) membro nomeado pelo Conselho com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, de controles internos, informações e operações financeiras e de auditoria nos termos da regulamentação editada pela CVM (“Membro Especialista”) e do Regulamento, que poderá ser acumulada por um mesmo membro do Comitê.

É vedada a participação como membros do Comitê, de diretores da Companhia, de diretores de controladas, do acionista controlador da Companhia e de coligadas ou sociedades sob controle comum.

O Comitê é composto por 3 (três) membros, os quais foram eleitos e tomaram posse na reunião de 30 de abril de 2024 com prazo de mandato de 2 anos, sendo: (i) 2 (dois) conselheiros independentes eleitos por seus pares; e (ii) 1 (um) membro eleito pelo

Página **3** de **12**

Conselho na função de Membro Especialista, ou seja, com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Atualmente, são membros do Comitê: Éder Sá Alves Campos (Coordenador do Comitê, membro do Comitê Estratégico e Conselheiro), Fausto de Andrade Ribeiro, (Presidente do Conselho e membro do Comitê) e Rogério Pires Bretas (Especialista em assuntos de contabilidade e finanças).

3. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

As análises dos relatórios financeiros da Companhia realizadas pelo Comitê, são baseadas nas informações recebidas pela Administração da Companhia, pela Auditoria Independente e pelas áreas de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos.

As competências do Comitê são elencadas no seu Regimento e são desempenhadas em conformidade com as exigências contidas na regulamentação da CVM, no Regulamento do Novo Mercado da B3, nas recomendações do Manual de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC") e no Estatuto Social da Companhia, conforme abaixo:

- I. realizar atividades segundo o escopo do seu regimento interno;
- II. consultar o Departamento Jurídico da Companhia e, caso julgar conveniente e necessário, com o auxílio do Jurídico, contratar advogado independente ou outros consultores externos para auxiliar no cumprimento de suas tarefas;
- III. assegurar a presença dos executivos da Companhia nas reuniões, conforme requisitado pelo Comitê;
- IV. ter acesso direto e irrestrito aos membros da diretoria executiva, aos colaboradores e às informações relevantes;
- V. estabelecer procedimentos para monitorar as denúncias recebidas pela Companhia com relação à contabilidade, aos controles internos ou aos assuntos de auditoria, garantindo o anonimato;
- VI. opinar sobre a contratação e destituição dos auditores independentes, bem como sobre a remuneração do trabalho dos mesmos;
- VII. avaliar e submeter para aprovação do Conselho de Administração todos os honorários e os termos de contratação dos auditores independentes, bem como revisar as políticas para prestações de quaisquer outros tipos de serviços efetuados por seus auditores independentes e, quando solicitado, estabelecer as regras para pré-aprovação destes serviços;
- VIII. avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;;
- IX. avaliar e submeter ao Conselho a sua avaliação a respeito da eficácia da função da auditoria interna, bem como participar do processo de nomeação do responsável pelo

Página **4** de **12**

- respectivo departamento;
- X. avaliar, monitorar, e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia , incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas;
 - XI. possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

4. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS ASSUNTOS DISCUTIDOS EM 2024

O Comitê possui Plano de Trabalho definido anualmente para o adequado planejamento e execução de suas responsabilidades. Nesse sentido, o Comitê reuniu-se com a Administração 12 (doze) vezes no exercício social de 2024.

Entre os assuntos discutidos, destacam-se os seguintes:

Reunião Realizada em 26 de fevereiro de 2024	
Ordem do Dia	Deliberações
Demonstrações Contábeis (DFP) e Relatório do Auditor Independente referentes ao exercício social findado em 31/12/2023	I. Avaliar se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas elaboradas pela Administração, refletem adequadamente a situação financeira e econômica da Companhia de acordo com as normas contábeis implementadas no Brasil; II. Opinar em relação as demonstrações contábeis e relatório do parecer do auditor independente; III. Recomendar as demonstrações contábeis e relatório do parecer do auditor independente ao Conselho; IV. Proposta de destinação dos lucros de 2023.

Reunião Realizada em 15 de março de 2024 (interna)	
Ordem do Dia	Deliberações
rente tributária	I. Recuperação de Créditos, Eficiência Tributária, Projetos e Planejamento Tributário; II. Frente Auditoria Interna: apresentação dos pontos da auditoria PLR 2023; III. Juros Capitalizados; IV. Política de Depreciação, Amortização e Exaustão da Sama.

Reunião Realizada em 7 de maio de 2024	
Ordem do Dia	Deliberações
Demonstrações Contábeis (ITR) e Relatório do Auditor Independente referentes ao exercício social findado em 31/03/2024	<p>I. Avaliar se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas elaboradas pela Administração, refletem adequadamente a situação financeira e econômica da Companhia de acordo com as normas contábeis implementadas no Brasil;</p> <p>II. Opinar em relação as demonstrações contábeis e relatório do parecer do auditor independente;</p> <p>III. Recomendar as demonstrações contábeis e relatório do parecer do auditor independente ao Conselho;</p>

Reunião Realizada em 12 de junho de 2024 (interna)	
Ordem do Dia	Deliberações
Carta de Controles Internos emitida pela BDO Auditores relativo ao exercício social de 2023	<p>I. Visão do Canal de Denúncias;</p> <p>II. Visão das Políticas Vigentes da Companhia;</p> <p>III. Visão das Licenças;</p> <p>IV. Visão das Tratativas Contábeis e Práticas Relacionadas à PECLD;</p> <p>VI. Projeto de reorganização societária.</p>

Reunião Realizada em 05 de agosto de 2024 (interna)	
Ordem do Dia	Deliberações
Demonstrações Contábeis (ITR) e Relatório do Auditor Independente referentes ao exercício social findado em 30/06/2024	<p>I. Visão do Canal de Denúncias;</p> <p>II. ITR 2T24 - apresentação e aprovação dos resultados referentes ao período findo em 30.06.24;</p> <p>III. Carta de Controles Internos;</p> <p>IV. Apresentação dos resultados e principais destaques do trimestre.</p>

Reunião Realizada em 05 de agosto de 2024	
Ordem do Dia	Deliberações
Demonstrações Contábeis (ITR) e Relatório do Auditor Independente referentes ao exercício social findado em 30/06/2024	<p>I. Avaliar se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas elaboradas pela Administração, refletem adequadamente a situação financeira e econômica da Companhia de acordo com as normas contábeis implementadas no Brasil;</p> <p>II. Opinar em relação as demonstrações contábeis e relatório do parecer do auditor independente</p> <p>III. Recomendar as demonstrações contábeis e relatório do parecer do auditor independente ao Conselho;</p> <p>IV. JCP.</p>

Reunião Realizada em 13 de setembro de 2024 (interna)	
Ordem do Dia	Deliberações
Carta de controles internos e Cronograma de incorporações	<p>I. Visão do Canal de Denúncias;</p> <p>II. Carta de Controles internos de 2023 - BDO;</p> <p>III. Contratação da nova empresa de auditoria independente;</p> <p>IV. Cronograma das incorporações e simplificações societárias;</p> <p>V. Proposta de nova Política de JCP;</p> <p>VI. Visão de aprofundamento provisões e estoques.</p>

Reunião Realizada em 11 de outubro de 2024 (interna)	
Ordem do Dia	Deliberações
Atualização do Plano de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos	<p>I. Visão do Canal de Denúncias;</p> <p>II. Visão Gestão de Riscos;</p> <p>III. Apresentação do plano de auditoria;</p> <p>IV. Apresentação Estoques e Provisões.</p>

Reunião Realizada em 04 de novembro de 2024 (interna)	
Ordem do Dia	Deliberações
Demonstrações Contábeis (ITR) e Relatório do Auditor Independente referentes ao exercício social findado em 30/09/2024	<p>I. ITR 3T24 - apresentação e aprovação dos resultados referentes ao período findo em 30.09.24;</p> <p>II. Apresentação dos resultados e principais destaques do trimestre (com enfoque em estoques);</p> <p>III. Deliberação Comitê sobre DF's;</p> <p>IV. Visão do Canal de Denúncias e Gestão de Risco;</p> <p>V. Outros assuntos (Licenças, Plano de Ação - Carta de Controles Internos).</p>

Reunião Realizada em 04 de novembro de 2024	
Ordem do Dia	Deliberações
Demonstrações Contábeis (ITR) e Relatório do Auditor Independente referentes ao exercício social findado em 30/09/2024	<p>I. Avaliar se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas elaboradas pela Administração, refletem adequadamente a situação financeira e econômica da Companhia de acordo com as normas contábeis implementadas no Brasil;</p> <p>II. Opinar em relação as demonstrações contábeis e relatório do parecer do auditor independente;</p> <p>III. Recomendar as demonstrações contábeis e relatório do parecer do auditor independente ao Conselho;</p> <p>IV. Aprovação e submissão da Proposta de pagamento de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP").</p>

Reunião Realizada em 28 de novembro de 2024	
Ordem do Dia	Deliberações
Incorporação pela Companhia, Prel, Precon e Atena;	<p>I. Incorporações das seguintes subsidiárias:</p> <p>1.1. Prel Empreendimentos e Participações Ltda (“PREL”);</p> <p>1.2. Precon Goiás Industrial Ltda. (“PRECON”); e</p> <p>1.3. Atena Consultoria e Participações Ltda (“ATENA”).</p> <p>II. Convocação, pelo Conselho de Administração, para a realização de Assembleia Geral Extraordinária para apreciação das incorporações recomendadas acima.</p>

Reunião Realizada em 13 de dezembro de 2024 (interna)	
Ordem do Dia	Deliberações
Proposta Auditores	<p>I. Proposta Auditores;</p> <p>II. Debate e recomendação do novo auditor;</p> <p>III. Estoques;</p> <p>IV. Follow-up ações em andamento;</p> <p>V. Gestão de Risco;</p> <p>VI. Canal de Denúncias;</p> <p>VII. Proposta de agenda anual 2025;</p> <p>VIII. Outros assuntos (Licenças).</p>

Ainda em novembro de 2024, foi deliberado e aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a renúncia do Sr. Vitor Mallmann e em favor os conselheiros decidiram pela eleição da Sra. Carisa Santos Portela Cristal para o cargo de Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores da Companhia, cuja posse dar-se-á a partir de 02 de dezembro de 2024.

5. AVALIAÇÕES DE RISCOS E MONITORAMENTO DAS EXPOSIÇÕES

A área de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos da Companhia apresentou ao Comitê o Plano de Trabalho para o exercício de 2024 em reunião realizada em 12 de janeiro de 2024, na qual foi aprovado, conforme quadro abaixo:

Página **9** de **12**

Proposta de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos - 2024	
Processo	Unidade
1. PLR 2023 2. Atualização da Matriz de Riscos 3. Jornada de Trabalho	Sede-SP e Unidades industriais Sede-SP Sede-SP e Unidades industriais

6. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

No escopo das atividades de GRC (Governança, Riscos e Controles Internos), houve à criação e/ou atualização de 11 Normas Administrativas (NA's) da Companhia pelas áreas operacionais com apoio da área de Controles Internos.

Ainda no escopo das atividades de GRC, a Matriz de Riscos da Companhia foi revisada e atualizada em 2024.

7. AUDITORIA INTERNA E CANAL DE DENÚNCIA

Em 2024 foi realizada auditoria do processo de Participação do Lucro e Resultado ("PLR") dos colaboradores, Diretores e Conselheiros da Companhia, referente as metas aprovadas para o ano de 2023.

E, em complemento, a auditoria do processo da Jornada de Trabalho (horas extras, interjornada, etc.) teve início em 2024 com prazo de conclusão programado para 2025.

Ainda em 2024, foram investigados 54 denúncias encaminhadas via canal de denúncia gerido por uma empresa tercerizada.

8. POLÍTICAS CRIADAS/APRIMORADAS

No exercício social de 2024, foi aprovado a nova Política de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio da Companhia.

9. AUDITORIA EXTERNA

O Comitê se reuniu a cada trimestre com a BDO, a fim de: (i) se informar sobre o andamento dos trabalhos das revisões das demonstrações contábeis do exercício social de 2024; (ii) acompanhar as atividades de auditoria externa; e (iii) avaliar a sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia.

Em complemento, em 30 de dezembro de 2024, em Reunião do Conselho de Administração, foi deliberado e aprovado a mudança da empresa de auditoria independente, para RSM Brasil Auditoria e Consultoria Ltda., visando atender termos do artigo 28 da Resolução CVM nº 23, de 25/02/2021.

10. REPORTE AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Com autonomia operacional e orçamento próprio no exercício de suas funções, o Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, exercendo funções consultivas e de assessoramento no que diz respeito ao controle sobre a qualidade das demonstrações contábeis e controles internos, visando a confiabilidade e integridade das informações. A função de seus membros é indelegável, devendo ser exercida exclusivamente pelos membros eleitos.

11. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO COMITÊ

O Regimento do Comitê, em seu artigo 17, e o Regulamento, no artigo 18 e parágrafos, exige que a Companhia deve estruturar e divulgar um processo de avaliação do Comitê, a ser realizada, ao menos, uma vez durante a vigência de seu mandato. Tal avaliação constitui etapa fundamental para garantir a autonomia e efetividade do Comitê, permitindo seu fortalecimento e o aperfeiçoamento da governança corporativa da Companhia.

De acordo com o Regimento, cabe ao Conselho de Administração a avaliação do desempenho do Comitê que, para tal atribuição faz-se uso de uma ferramenta de mercado.

A avaliação de desempenho anual do Comitê relativo ao exercício social de 2024 está prevista para março de 2025, tendo seus resultados analisados e discutidos no âmbito do Conselho de Administração no mesmo período.

12. PLANEJAMENTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025

O Comitê terá 12 reuniões ordinárias no exercício de 2025, as quais terão como Ordem do Dia as atribuições legais e regimentais elencadas neste Relatório no item “Atribuições e Responsabilidades”, sem prejuízos a eventuais encontros extraordinários em que se faça necessário a atuação do Comitê.

13. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os membros do Comitê da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, acompanhadas do parecer da Auditoria Independente, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (“Demonstrações Contábeis Anuais de

Página **11** de **12**

2024”), *ad referendum* ao Conselho de Administração da Companhia.

Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Auditoria Independente, o Comitê concluiu que as informações e documentos apresentados quanto as Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do Lucro Líquido, o Orçamento de Capital bem como o Relatório Anual da Administração do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, refletem, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, recomendando, por unanimidade, a manifestação favorável ao Conselho de Administração da Companhia em relação aos referidos documentos.

São Paulo, 11 de março de 2025.

Éder Sá Alves Campos
Coordenador

Rogério Pires Bretas
Membro Especialista

Fausto de Andrade Ribeiro
Membro do Comitê

Conselho de Administração

Fausto de Andrade Ribeiro - Presidente do Conselho de Administração

Erika Lopes Torcine

Richard Doern

Marcelo Munhoz Auricchio

Éder Sá Alves Campos

Conselho Fiscal

Eurico dos Reis Rodrigues Fróes - Coordenador

Paulo Henrique Zukanovich Funchal

Valmir Pedro Rossi

Diretoria

Paulo Roberto de Oliveira Andrade - Presidente da Diretoria

Carisa Santos Portela Cristal

Rodrigo Angelo Inácio

José Ricardo Reichert

Contador

Elaine Barbosa S. Mariano - Coordenadora de Contabilidade

CRC nº 1SP 260272/O-1

Audidores Independentes: BDO RCS Auditores Independentes

Henrique Herbel de Melo Campos - Contador

CRC nº 1 SP 181015/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eternit S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Eternit S.A. (“Companhia”)**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Eternit S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Uso no passado e Operação de Exportação de Amianto

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 17 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que informa que a Companhia e suas controladas são parte em diversas ações civis públicas, que aguardam decisão, relacionadas ao ambiente de trabalho, a doenças ocupacionais e a danos morais aos trabalhadores originados pelo uso do amianto. A probabilidade de perda para parte dessas ações, conforme divulgado na referida nota explicativa, foi considerada pelos assessores jurídicos da Companhia, tendo sido constituída a respectiva provisão para perda, conforme divulgado na referida nota explicativa. A realização destes valores provisionados dependerá das decisões do Poder Judiciário.

Adicionalmente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 33, a controlada SAMA S.A. - Minerações Associadas (“Controlada”), responsável por 32% do faturamento consolidado do Grupo, atua no setor de exportação de Amianto, que enfrenta riscos regulatórios que podem ou não comprometer as suas atividades e, conseqüentemente, a capacidade da Controlada de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios.

Nossa conclusão não está modificada em relação aos assuntos acima.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação de valor recuperável do ativo imobilizado, intangível e ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

A Companhia realiza o teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment) dos saldos dos ativos imobilizado, intangível e ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) oriundo de combinação de negócios da Companhia e de suas controladas, conforme divulgado nas Notas Explicativas nº 9 e 10 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Considerando que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos e a definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, além de ser baseado em diversas premissas afetadas por projeções de mercado e cenários econômicos incertos, esse tema foi considerado significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar a revisar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas às projeções de vendas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa, margem de lucro de todas as unidades geradoras de caixa;
- Avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC);
- Revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte das projeções, definidas e mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, individual e consolidada, estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de março de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Henrique Herbel de Melo Campos
Contador CRC 1 SP 181015/O-3

ETERNIT S.A.
C.N.P.J. nº 61.092.037/0001-81
NIRE 35.300.013.344

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Eternit S. A. (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Eternit S/A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes SS, sem ressalvas.

Diante disso, bem como das informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do período, o Conselho Fiscal considera que os referidos documentos estão aptos.

São Paulo, 11 de março de 2025.

Eurico dos Reis Rodrigues Fróes

Paulo Henrique Z. Funchal

Valmir Pedro Rossi

ETERNIT S.A.
C.N.P.J. nº 61.092.037/0001-81
NIRE 35.300.013.344

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria Não Estatutário da Eternit S. A. (“Companhia”), em cumprimento às disposições regimentais, examinou as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes SS, sem ressalvas.

Diante disso, bem como das informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do período, o Comitê de Auditoria Não Estatutário considera que os referidos documentos podem ser apreciados pelo Conselho de Administração, na forma apresentada.

São Paulo, 10 de março de 2025.

Éder Sá Alves Campos

Fausto de Andrade Ribeiro

Rogério Pires Bretas